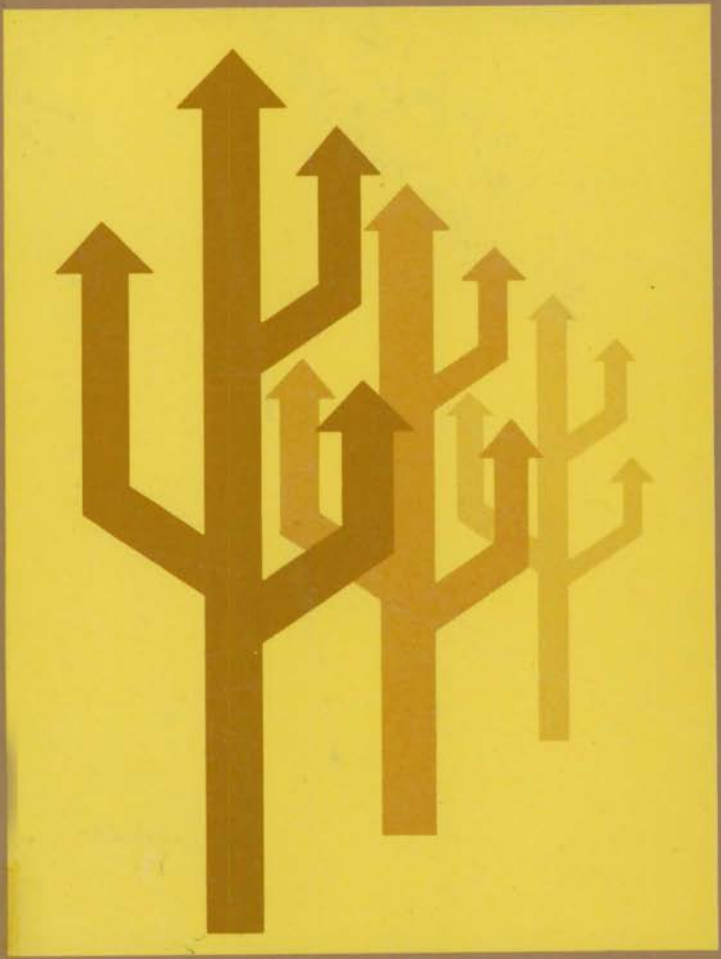
Sistema de Cidades da Região Nordeste.



b:b
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Fundação IBGE

13 – MINTER – SUDENE. **Projeções da População do Nordeste Brasileiro 1975-1990.** Recife, 1972. 107 p.

14 – MOURA, Hélio Augusto et alii. **Regiões Metropolitanas do Nordeste: Diferenciais de Renda e de Educação entre naturais e migrantes, 1970**; Recife, MINTER-SUDENE: Banco do Nordeste do Brasil; 1975. 144 p.

15 – MT – DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM. **Atlas Rodoviário.** Rio de Janeiro, 1970.

16 – TEIXEIRA, Osandy Ribeiro. Polarização e Desenvolvimento Espacial; **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, BNB–ETENE, **5** (20): 14-21; abr/jun; 1974.

17 – SILVA, Hilda da. O sistema urbano do Nordeste. **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, Associação dos Geógrafos Brasileiros, Secção Regional do Rio de Janeiro, **26**: 21-55, 1976.

Composição e Impressão
GRÁFICA VT LTDA.
Rua Pereira Filgueiras, 280

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1 – COSTA, Rubens Vaz – Aspectos Sócio-Econômicos do Desenvolvimento de Pernambuco. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, BNB-ETENE, **6** (22): 87-92; out/dez., 1974.

2 – FAISSOL, Speridião, GALVÃO, Marília e GEIGER, Pedro – Estudos Urbano-regionais na área de influência do Recife. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia, **37** (1): 3-49, – jan/mar. 1975.

3 – HOLANDA, Antônio Nílson Craveiro – **O desenvolvimento do Nordeste; desempenho recente e perspectivas para 1980**. Fortaleza, MINTER-SUDENE, Banco do Nordeste do Brasil, 1974. 169 p.

4 – _____ O BNB e o desenvolvimento do Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, BNB-ETENE, **5** (20): 5-13; abr/jun; 1974.

5 – IBGE – Instituto Brasileiro de Estatística – **Informações Básicas sobre o Município**, Rio de Janeiro, 1967. 96 p.

6 – _____ .I.B.G._____; **Subsídios ao Planejamento da Área Nordestina**; Convênio IBGE – SUDENE para estudo de Centros Dinamizadores e Regiões Programa - Rio de Janeiro, 1969 - 1973.

7 – MAGNANINI, Ruth – **População; Geografia do Brasil – Região Nordeste**; IBGE Instituto Brasileiro de Geografia; Inédito.

8 – MELO, Mário Lacerda de – Espaços Geográficos e Política Espacial: o caso do Nordeste. Recife, **Boletim Econômico da SUDENE**; Assessoria Técnica; **5**(2): 7 - 113; jul. 1969/dez. 1971.

9 – MINIPLAN – IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia – DEGEO; **Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas**; Departamento de Geografia; Rio de Janeiro, 1973. 112 p.

10 – _____ .**Inst. Bras. de Est.** . **Censo Demográfico do Brasil – 1970**; – Série Estadual, Rio de Janeiro, 1972.

11 – _____._____. **Censo Industrial do Brasil – 1970**; – Série Estadual, Rio de Janeiro, 1972.

12 – MINTER – BANCO DO NORDESTE DO BRASIL – Departamento de Estudos Econômicos do Nordeste. **Perspectivas de Desenvolvimento do Nordeste até 1980: Síntese**. Fortaleza, 1973. 109 p.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Departamento de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE
FUNDAÇÃO IBGE.

SISTEMAS DE CIDADES DA REGIÃO NORDESTE

(Publicação distribuída com os participantes do Seminário de Desenvolvimento Urbano, realizado em Fortaleza, no período de 5/7 de out. 1977).

Elaborado por:
MARÍLIA VELLOSO GALVÃO
LINDALVO BEZERRA DOS SANTOS
MARIA MAGDALENA VIEIRA PINTO
ARMINDO ALVES PEDROSA
AURÉLIA LOPES DA SILVA

Técnicos do Departamento de Geografia da Fundação IBGE.

Fortaleza – Ceará
1977

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS 7
APRESENTAÇÃO 9
1 – INTRODUÇÃO 11
2 – DIMENSÕES BÁSICAS DE DIFERENCIAÇÃO DAS CIDADES NORDESTINAS 17
2.1 – TAMANHO FUNCIONAL 18
2.2 – STATUS SÓCIO–ECONÔMICO 37
2.3 – MIGRAÇÃO 43
2.4 – FORÇA-DE-TRABALHO 47
3 – CLASSIFICAÇÃO DOS CENTROS 49
4 – CONCLUSÕES 61
5 – ANEXOS 63
5.1 – NORDESTE. RELAÇÃO DOS CENTROS URBANOS E RESPECTIVOS NÍVEIS HIERÁRQUICOS 65
5.2 – NORDESTE. VARIÁVEIS UTILIZADAS NA ANÁLISE FATORIAL NOS CENTROS URBANOS – (1970) 67
5.3 – GRÁFICOS E MAPAS 69
6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 85

LISTA DE TABELAS

1 – Nordeste: Distribuição da População Segundo Estados e Quadro de Domicílio – 1950/80 7

2 – Matriz dos "Factor Loadings" 14

3 – Nordeste: Tamanhos Populacional e Funcional das Cidades – 1970 20

4 – Nordeste: Centros da Área Metropolitana de Recife e Salvador . . 26

5 – Matriz de "Factor Scores" 27

6 – Nordeste: Centros da Área Metropolitana de Recife e Salvador . 37

7 – Nordeste: Cidades Classificadas Segundo Posição que assumem nos Fatores I e II 38

8 – Correlação entre Variáveis e Funções Discriminantes para a 1.ª e 10ª iterações 53

9 – Testes de Variação Inter e Intragrupos 53

APRESENTAÇÃO

O presente estudo resulta do convênio de cooperação técnica e financeira, firmado em 30/01/76, entre o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) e a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (F. IBGE). Referido convênio teve por objetivo desenvolver uma série de pesquisas sobre o processo de urbanização do Nordeste, com ênfase na análise do sistema urbano regional e, mais especialmente, das funções predominantes desempenhadas pelas cidades da Região.

Esses estudos oferecem subsídios razoavelmente atualizados e detalhados no sentido de orientar a concepção e a implementação de políticas e estratégias de urbanização que incluam, no caso do Nordeste, a dimensão espaço como uma de suas variáveis básicas.

Objetiva-se conhecer melhor como se acha estruturado o sistema urbano regional e os subsistemas que o integram, identificar fatores que explicam ou que determinam a estrutura atual, suas deficiências e as mudanças mais recentemente ocorridas, predizer, enfim, a evolução futura do sistema e da estrutura de cidades da Região. Em particular, a parte que se refere às funções predominantes desempenhadas pelas cidades nordestinas constitui um aprofundamento da análise mais geral e se detém:

a) no estudo dos níveis da hierarquia urbana que concentram as maiores deficiências apontadas para o sistema em seu conjunto;

b) no exame de aspectos relacionados com as necessidades de infra-estrutura e de serviços urbanos e com o grau de desenvolvimento e de concentração das atividades econômicas mais importantes;

c) no estudo das funções específicas que as cidades classificadas nos diferentes níveis hierárquicos deveriam desenvolver no sistema urbano, através de confronto entre o desempenho esperado e o desempenho efetivamente verificado.

Cabe, finalmente, mencionar que o referido convênio se insere num programa mais amplo de estudos sobre múltiplos aspectos da realidade urbana regional (migrações, emprego, planejamento e finanças municipais, etc.), o qual vem sendo desenvolvido pelo BNB, tanto sob regime de co-patrocínio, como de execução direta, através do seu Departamento de Estudos Econômicos (ETENE).

1 – INTRODUÇÃO

Os fundamentos teóricos do modelo centro-periferia enfatizam a ordenação espacial das atividades econômicas através do sistema de cidades, indicando elevado grau de isomorfismo entre este sistema e o processo de desenvolvimento.

Na concepção teórica deste modelo, o Nordeste[1] é parte da grande periferia nacional e apresenta núcleos secundários constituídos pelas áreas metropolitanas de Recife e Salvador. Estes dois núcleos têm suas periferias imediatas compostas por anéis que abrangem, no caso de Recife, o Litoral, Mata e Agreste da Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, e, no caso de Salvador, todo o Recôncavo Baiano, estendendo-se até Feira de Santana. Quanto à periferia mais remota de ambos os núcleos, ela é constituída pelo restante da área nordestina, e se estende até o norte de Minas Gerais.

Neste espaço, assim configurado, salientam-se as desigualdades do desenvolvimento nas diferentes áreas do Nordeste, com relações de autoridade-dependência a partir da grande metrópole regional – Recife – secundada por Salvador.

Efetivamente, no Nordeste, estes núcleos secundários contêm os centros de mais alta hierarquia e que são, também, os centros que têm estado mais sujeitos ao recebimento dos impulsos de desenvolvimento, o que lhes confere uma maior complexidade estrutural e magnitude econômica. Abaixo destas cidades, aparece um subnúcleo, contituído pela Área Metropolitana de Fortaleza e, a partir deste conjunto, o desequilíbrio estrutural no sistema dos centros coincide com o padrão de desenvolvimento econômico dos mesmos, que diminui em direção à periferia mais remota já indicada.

Na realidade, este quadro reflete as etapas pretéritas do povoamento e do processo econômico nordestino, que originaram um desequilíbrio tanto na dimensão quanto na distribuição espacial dos centros urbanos, com reflexos na hierarquia das cidades. Este desequilíbrio é gerado, de um lado, pela fragilidade existente no setor industrial e predomínio do mecanismo comercial (fator origem e de expansão da maior parte dos centros nordestinos), e, de outro lado, pela permanência de uma situação de dificuldade do processo de difusão de inovações a partir de Recife, e também de Salvador, em função inclusive de problemas relativos à acessibilidade, uma vez que a densidade viária diminui da fachada atlântica para o interior, dificultando as articulações entre os diversos elementos do sistema.

Assim, o conjunto de forças que modela a estrutura urbana não atua, ainda, no sentido de estabelecer um equilíbrio através do desenvolvimento distribuído pelos diversos centros, mas, ao contrário, promove a concentração do desenvolvimento em poucas cidades, princi-

---

1. O Nordeste aqui conceituado é a área de atuação da SUDENE, que abrange os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e uma porção norte do Estado de Minas Gerais.

palmente da fachada atlântica, como Recife, Salvador e Fortaleza, seguidas, em escala menor, pelas capitais estaduais e alguns centros regionais não capitais, que têm, então, seu crescimento acelerado, acentuando o desequilíbrio pré-existente.

O processo de urbanização do Nordeste, analisado segundo os aspectos quantitativos da população, e, portanto, representando concentração geográfica de populações e de atividades não-agrícolas em meios urbanos de variado tamanho e forma, acusou uma acentuação gradativa a partir de 1950, pois, o percentual da população urbana na população total da Região aumentou de 26,06% em 1950 para 41,35% em 1970 e deverá corresponder a 50,63% em 1980 (Tabela 1).

TABELA 1
NORDESTE
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO ESTADOS E QUADRO DE DOMICÍLIO – 1950/80

DISCRIMINAÇÃO		POPULAÇÃO TOTAL (A)	POPULAÇÃO URBANA (B)	CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO Total Absoluto	Total %	Urbana Absoluto	Urbana %	% DA POPULAÇÃO URBANA NA POPULAÇÃO TOTAL (100 x B/A)
	1950	1.583.248	274.288	–	–	–	–	17,32
	1960	2.492.139	448.509	908.891	57,41	174.221	63,52	18,00
Maranhão	1970	3.037.135	771.790	544.996	21,87	323.281	72,08	25,41
	1980	3.701.161	1.328.108	664.026	21,87	556.318	72,08	35,88
	1950	1.045.696	170.584	–	–	–	–	16,31
	1960	1.263.368	298.152	217.672	20,82	127.568	74,78	23,60
Piauí	1970	1.734.865	561.081	471.497	37,32	262.929	88,19	32,34
	1980	2.382.255	1.055.899	647.390	37,32	494.818	88,19	44,32
	1950	2.695.450	679.604	–	–	–	–	25,21
	1960	3.337.856	1.124.829	642.406	23,83	445.225	65,51	33,70
Ceará	1970	4.491.590	1.811.202	1.153.734	34,57	686.373	61,02	40,32
	1980	6.043.944	2.916.434	1.552.354	34,57		61,02	48,25
	1950	967.921	253.765	–	–	–	–	26,22
	1960	1.157.258	435.189	189.337	19,56	181.424	71,49	37,61
Rio Grande do Norte	1970	1.611.606	751.064	454.348	39,26	315.875	72,58	46,60
	1980	2.244.284	1.296.242	632.678	39,26	545.178	72,58	57,76
	1950	1.713.259	456.716	–	–	–	–	26,66
	1960	2.018.023	708.051	314.764	18,37	251.335	55,03	35,09
Paraíba	1970	2.445.419	1.019.338	427.396	21,18	311.287	43,96	41,68
	1980	2.963.463	1.467.460	518.044	21,18	448.122	43,96	49,52
	1950	3.395.185	1.167.400	–	–	–	–	34,38
	1960	4.136.900	1.856.689	741.715	21,85	689.289	59,04	44,88
Pernambuco	1970	5.252.590	2.861.178	1.115.690	26,97	1.004.489	54,10	54,47
	1980	6.668.860	4.409.000	1.416.270	26,97	1.547.822	54,10	66,11
	1950	1.093.137	286.379	–	–	–	–	26,20
	1960	1.271.062	428.228	177.925	16,28	141.849	49,53	33,69
Alagoas	1970	1.606.174	642.208	335.119	26,37	213.980	49,97	39,98
	1980	2.029.713	963.129	423.539	26,37	320.921	49,97	47,45
	1950	644.361	204.984	–	–	–	–	31,81
	1960	760.273	295.929	115.912	17,99	90.945	44,37	38,92
Sergipe	1970	911.251	421.358	150.978	19,86	125.429	42,38	46,24
	1980	1.092.220	599.961	180.969	19,86	178.603	42,38	54,93
	1950	4.834.575	1.250.507	–	–	–	–	25,87
	1960	5.990.605	2.083.716	1.156.030	23,91	833.209	66,62	34,78
Bahia	1970	7.583.140	3.140.407	1.592.535	26,58	1.056.691	50,71	41,41
	1980	9.598.700	4.732.833	2.015.560	26,58	1.592.426	50,71	49,31
	1950	595.320	94.049	–	–	–	–	15,80
	1960	808.962	159.808	213.642	35,89	65.759	69,92	19,75
Norte de Minas	1970	974.791	273.563	165.829	20,50	113.755	71,18	71,18
	1980	1.174.589	468.304	199.798	20,50	194.741	71,18	39,87
	1950	18.568.852	4.838.276	–	–	–	–	26,06
	1960	23.236.446	7.839.100	4.667.594	25,15	3.000.824	62,02	33,74
Total do Nordeste (SUDENE)	1970	29.648.561	12.253.189	6.412.115	27,60	4.414.089	56,31	41,33
	1980	37.830.652	19.153.015	8.182.091	27,60	6.899.826	56,31	50,63

Este crescimento é resultante da taxa de crescimento natural, tanto urbano como rural, de um lado, e da migração rural-urbana, de outro, sendo o primeiro fator uma conseqüência da alta taxa de natalidade no período 60/70(44,5 em 1.000 habitantes), que compensa largamente a taxa de mortalidade no mesmo período (18,0 em 1.000 habitantes).

Estes fatores conjugados resultaram em um crescimento da população urbana total no Nordeste de 4.838.276 habitantes em 1950 para 12.253.189 em 1970, ou seja, 153,25%. Este crescimento, no entanto, não se fez por igual em toda a hierarquia das cidades, nem nos períodos considerados, nem nos diferentes Estados que compõem o Nordeste.

O número de cidades com menos de 20.000 habitantes, isto é, os pequenos centros urbanos, variou de 620 em 1950 para 1.351 em 1970, abrangendo 47,23% da população das cidades nordestinas em 1950, e apenas 39,75% em 1970 (Tabela 2).

Os centros de população entre 20.001 e 50.000 habitantes aumentaram de 14 em 1950, para 43 em 1970, agregando 10,02% e 13,00% da população das cidades nordestinas, respectivamente. Tal aumento correspondeu a um crescimento relativo de 207,14% no número de centros e 272,26% no contingente populacional.

Na faixa de 50.001 a 100.000 habitantes, os centros passaram de 7 em 1950, para 12 em 1970, agregando, respectivamente, 14,27% e 7,26% da população das cidades. O crescimento relativo do número de centros foi de 71,43% e apenas de 45,94% o do contingente populacional. Esta categoria de cidades foi a que apresentou menor crescimento, tanto relativo quanto absoluto, no período 1950/70.

Os centros de mais de 100.000 habitantes passaram de 2 em 1950, para 13 em 1970, agregando respectivamente 28,48% e 39,99% da população das cidades nordestinas. Seu crescimento relativo foi de 550% e o crescimento relativo da população no mesmo período foi de 302,76%.

Houve, nestes 20 anos, uma multiplicação dos centros menores, indicando uma difusão do processo urbano. No entanto, estes pequenos centros passaram a concentrar um percentual menor de população urbana.

Por outro lado, observa-se que está havendo uma grande concentração de população em poucos grandes centros, que passam a acumular expressivo contingente dos habitantes urbanos do Nordeste. Este fato está nitidamente ligado à concentração das atividades econômicas e das funções urbanas nas metrópoles e capitais estaduais, e em alguns centros regionais, que atraem, pelo melhor mercado de trabalho e pelos melhores equipamentos aí existentes, grandes contingentes de população que se deslocam de áreas periféricas e, principalmente, de centros menores, à procura de melhores condições de vida. Entre os dois extremos do sistema – pequenos centros e grandes centros – constata-se uma série de cidades de diferentes tamanhos. Um método geralmente utilizado para o estudo da variedade do tamanho das cidades é o de sua classificação ordem-tamanho (Rank-size), ou seja, o posicionamento dos centros em um gráfico, por ordem decrescente de tamanho, onde a cidade mais populosa ocupa o primeiro lugar da hierarquia.

TABELA 2

Matriz dos "Factor Loadings"

VARIÁVEIS	FATORES				
	I	II	III	IV	COMUNALIDADE
1 – População Urbana	0,95				96,95
2 – PEA Total	0,95				96,55
3 – Número de automóveis	0,96				93,94
4 – Número de centros da área de influência	0,62	0,50			69,70
5 – Receita corrente do município Cr$ 1.000,00	0,91				85,45
6 – Total das despesas do município Cr$ 1.000,00	0,97				97,88
8 – (PEA urbana nos serviços de produção e consumo)/(PEA urbana) X 100		0,71			59,05
9 – (População urbana em domicílio particular com automóvel)/(População urbana) X 100		0,65			63,13
10 – (População urbana em domicílio particular com geladeira)/(População urbana) X 100	0,42	0,68			81,83
11 – (População urbana em domicílio particular com televisão)/(População urbana) X 100	0,52	0,45			72,44
12 – (População urbana em domicílio particular com rede geral de água)/(População urbana) X 100		0,69			51,27
13 – (PEA urbana com renda menor que 200)/(População urbana) X 100				0,84	85,44
14 – (PEA urbana com renda de 200 a 400)/(População urbana) X 100		0,54	0,46		75,48
15 – (PEA urbana com renda de 400 e mais)/(População urbana) X 100	0,43	0,61			81,43
17 – (População urbana de mais de 49 anos)/(População urbana) X 100			-0,45		67,42
18 – (Filhos tidos no ano anterior das mulheres de 15 a 49 anos (urb.) /(Mulheres de 15 a 49 anos (urb.)		-0,53			49,97
19 – (Migrantes rural → urbano)/(População urbana) X 100			0,69		70,60
20 – (Migrantes urbano → urbano)/(População urbana) X 100			0,85		84,11
21 – (Migrantes com 0 a 5 anos de permanência (total))/(População total) X 100			0,92		85,23
22 – (População urbana de 10 a 14 anos com primário completo)/(População urbana) X 100		0,77			62,70
23 – (População urbana de 15 a 19 anos com secundário completo)/(População urbana) X 100		0,77			69,79
24 – (PEA urbana)/(População urbana) X 100				0,82	75,15
25 – (PEA feminina urbana)/(PEA urbana) X 100		0,40		0,75	82,26
PERCENTUAL DE EXPLICAÇÃO	19,70	17,12	9,50	7,69	

Observação: – As outras 5 variáveis não aparecem nesta matriz, pois constam da estrutura dos 2 fatores que não foram considerados neste estudo, dado o baixo percentual de explicação dos mesmos.

Num grupo de 255 cidades selecionadas como representativas do universo do Nordeste, nos anos 1950, 60 e 70, as linhas obtidas (Gráfico n.º 2) denotam a existência de patamares escalonados que evidenciam por sua vez a existência de uma cidade primaz – Recife – que lidera todo o conjunto de cidades nordestinas, seguida de Salvador (cuja distância para Recife diminui sensivelmente em 1970) e, logo após, por Fortaleza, que nos três anos se distancia progressivamente das 2 metrópoles citadas, cujos ritmos de crescimento são mais acentuados. A um grande intervalo destas 3 metrópoles, um 2.º grupo de cidades é bastante nítido e reúne as capitais estaduais – Natal, Maceió, João Pessoa, Teresina, Aracaju e São Luís, além de Campina Grande, grupo este a que se reúne Olinda[2], a partir de 1960. Um terceiro degrau reúne os centros regionais de Feira de Santana, Caruaru, Itabuna, Vitória da Conquista, Montes Claros, Juazeiro do Norte e Mossoró. É interessante notar a composição deste grupo nos anos de 1950 e 70. Feira de Santana, que era a 6ª cidade em ordem dentro do grupo, em 1950, passa a 1º. lugar no grupo, em 1970. Fato parecido ocorre com Itabuna que, de 7.º lugar em 1950, passa a 3.º lugar em 1970. Jaboatão, Parnaíba e Sobral perderam a posição hierárquica que tinham em 1950 neste grupo, passando ao grupo imediatamente inferior, em 1970, enquanto Vitória da Conquista, Montes Claros e Mossoró ascenderam de hierarquia e passaram, em 1970, a fazer parte do conjunto de cidades encabeçado por Feira de Santana.

Com graus de intervalo que se tornam sucessivamente menores à medida que se baixa na hierarquia, alinham-se os demais centros que, a partir de um contingente populacional de 20.000 habitantes e menos, formam quase uma linha reta em 1950 e 60, enquanto que, em 1970, este trecho inferior do gráfico mostra já esboço de novos patamares. O que isto parece indicar é que em 1950/60 não havia diferenciação alguma ao nível dos centros menores, o que mantinha esta parte do sistema em estado de quase equilíbrio, em função da existência de poucas forças afetando a estrutura urbana que era recente, e onde a vida econômica e administrativa era muito exígua e pequeno o grau de desenvolvimento. Tratava-se, na realidade, de pequenos centros que, na época, possuíam funções análogas de simples arrecadadores da produção agrícola circunvizinha e com uma rudimentar atividade comercial, superposta, em ambiente caracteristicamente ruralizado.

Em 1970, decorridos 20 anos, alguns impulsos de desenvolvimento, embora de maneira ainda muito tímida, já começam a atingir alguns centros pequenos de que são exemplos: Guadalupe (em função de Boa Esperança), Itaberaba e Picos (em função da implantação de novas rodovias), cidades estas que no gráfico marcam ruptura da linha, delieando novos degraus.

A feição genérica das curvas (1950, 1960 e 1970), denota a exis-

2. Neste estudo, as áreas metropolitanas aparecem desagregadas, ou seja, as cidades-satélites constituem unidades independentes, figurando na lista das 255 cidades selecionadas.

tência do padrão de primazia no sistema de cidades do Nordeste (mais nítido em 1950) o que é apontado por diversos autores como característica de subdesenvolvimento. No entanto, Brian Berry, estudando a distribuição Ordem– Tamanho das cidades em 38 países do mundo, indica que as condições de primazia surgem, também, no estágio inicial do desenvolvimento (Take-off), tendendo a diminuir daí por diante. Esta é, talvez, a situação ocorrente no Nordeste.

Entretanto, apesar de o processo de urbanização do Nordeste, analisado segundo os aspectos quantitativos da população, acusar uma acentuação gradativa entre 1950 e 1970, pois a percentagem de sua população urbana sobre o total aumentou de 26,06% a 41,33%, a comparação das curvas no gráfico do Rank-Size, no período citado, indica que a estrutura urbana, em forma e essência, não se tem modificado grandemente, apesar dos esforços governamentais. As transformações promovidas pela SUDENE parecem não ter tido, ainda, força suficiente ou tempo necessário para alterar sensivelmente a estrutura nordestina, a não ser em pontos isolados do sistema onde tem sido preferencialmente localizada uma moderna implantação industrial apoiada nos incentivos fiscais, concentração que aumentou o desequilíbrio regional, pois, na maior parte dos centros, permaneceu uma estrutura calcada na atividade secundária de caráter tradicional e no mecanismo comercial, responsáveis, em grande parte, pela implantação urbana, como também pela posição hierárquica que a maior parte dos centros conserva hoje. Visto num enfoque espacial, o sistema urbano do Nordeste mostra uma estrutura que tem como traço fundamental a concentração das cidades, especialmente das maiores, numa área restrita junto à faixa litorânea e próximas às metrópoles de Recife e Salvador.

2 – DIMENSÕES BÁSICAS DE DIFERENCIAÇÃO DAS CIDADES NORDESTINAS.

A análise das dimensões básicas do sistema de cidades do Nordeste, com a conseqüente hierarquia e tipologia destes centros, procurando identificar as distorções existentes no sistema e seus efeitos e repercussões na evolução da organização do espaço regional, foi realizada através de análises quantitativas do tipo Análise Fatorial[3], Análise de Agrupamento e Análise Discriminante.

Para tais análises, utilizou-se uma relação de 255 centros (Anexo 1), assim selecionados:

a) cidades com limite mínimo de 7.000 habitantes;
b) todas as localidades componentes de áreas metropolitanas, mesmo com limite de população inferior a 7.000 habitantes;
c) centros de população inferior a 7.000 habitantes, mas que fossem os centros mais populosos de microrregiões não contempladas na na seleção do item a.

Nestas análises, informações sócio-econômicas, administrativo-financeiras e demográficas, num total de 30 variáveis (anexo 2), foram incluídas, de modo a indicar as principais dimensões de diferenciação dos centros.

---

3. A Análise Fatorial visa, essencialmente, a definição de fatores ou dimensões básicas que refletem diferenciações no conjunto de informações que caracterizam cada um dos 255 centros, diferenciando-o dos demais. Esta análise parte da premissa de que um número infinito de características ou variáveis pode ser agrupado em um número finito de Fatores, tornando mais fácil o estudo e compreensão do fenômeno considerado.
Tais Fatores são explanatórios em si mesmos com relação de causa e efeito quanto aos dados iniciais submetidos à análise, a qual, em síntese, produz associações semelhantes sobre lugares diferentes, agrupando estas informações segundo um conceito básico de natureza teórica, porém, de caráter descritivo.
A partir de uma matriz de dupla entrada, que tem no eixo Y os pontos de observação (cidades) e no eixo X as características desses lugares (variáveis), a técnica utilizada realiza a categorização interna contida nas informações iniciais; efetua a redução e ordenação das mesmas; revela e mede as interdependências existentes e promove, ao final, a sincronização, como que formando um sistema, do conjunto de medidas de todas as variáveis em todas as cidades consideradas.
O uso da Análise Fatorial para as 255 cidades do Nordeste permitiu:

a) identificar através dos "factor loadings" (coeficientes de correlação entre as variáveis iniciais e os Fatores resultantes), a natureza das principais dimensões básicas de diferenciação das cidades;
b) indicar através dos eigenvalues (raízes características ou latentes que correspondem à soma dos quadrado dos **tactor loadings** e se referem à proporção da variância das variáveis iniciais que se acumulam em cada Fator), a importância de cada uma destas dimensões básicas na explicação da variabilidade das cidades do sistema e;
c) determinar através dos factor scores (posição relativa de cada unidade de observação em cada um dos Fatores e correspondente aos desvios padrões destas unidades em relação à média zero), a posição de cada cidade em relação às várias dimensões, assinalando as semelhanças e contrastes existentes entre elas e o padrão de variação associado a cada uma das dimensões básicas.

As seis (6) dimensões básicas definidas na Análise Fatorial explicaram 70,56% da variação total dos 255 centros considerados. Tais dimensões são: Tamanho Funcional, Migração, Status Sócio-Econômico, Força-de-Trabalho, Indústria, Densidade Urbana, das quais este estudo focalizará, somente, as 4 primeiras, que apresentaram maior poder de explanação.

2.1 – TAMANHO FUNCIONAL

A primeira dimensão, ou seja, o Tamanho Funcional foi a de maior percentual de explicação (19,70%). Este Tamanho Funcional foi estruturado pelas variáveis: População Urbana (0.95 de loading); PEA total (0.95); Número de automóveis (0.96); Número de centros na área de influência (0.62); Receita corrente do município (0.91); Total de despesas do município (0.97); Percentual da população urbana em domicílio particular com geladeira (0.42); Percentual da população urbana em domicílio particular com televisão (0.52), e PEA urbana com renda de Cr$ .. 400,00 e mais (0.43). (Tabela 2a).

Trata-se, pois, de um tamanho não apenas populacional, mas sim, de um tamanho qualificado, ou seja, "tamanho agregado do poder econômico da cidade".

A comparação entre o tamanho populacional e Tamanho Funcional no universo das 255 cidades analisadas (Tabela 3) mostra que a hierarquia populacional nem sempre é acompanhada por igual nível hierárquico em Tamanho Funcional. Há inúmeros casos em que cidades com populações maiores apresentam Tamanho Funcional menor e vice-versa. O primeiro exemplo é o de Recife e Salvador; Recife ocupa o 1.º lugar em população e o 2.º em Tamanho Funcional. Em Salvador a situação é a oposta, e o mais flagrante é o caso de Mossoró, que ocupa o 18.º lugar em população e o 49.º lugar em Tamanho Funcional, o que indica que seu crescimento econômico foi inferior ao seu crescimento populacional.

Nesta comparação as capitais estaduais podem ser agregadas em 2 grupos: Maceió, João Pessoa, Aracaju e São Luís apresentam maior Tamanho Funcional que tamanho populacional, enquanto Natal e Teresina têm Tamanho Funcional menor que o tamanho populacional, sendo a capital piauiense ultrapassada, inclusive, por centros regionais não capitais (Feira de Santana e Campina Grande), além de Olinda, centro da Área Metropolitana de Recife. Nas 20 cidades de maior população, apenas duas, Fortaleza e Jequié, apresentam a hierarquia em Tamanho Funcional igual à hierarquia em população; 8 apresentam Tamanno Funcional inferior ao que se poderia esperar em função do seu volume de população (Recife, Natal, Teresina, Olinda, Caruaru, Vitória da Conquista, Juazeiro do Norte e Mossoró) e 10 apresentam Tamanho Funcional superior ao que se poderia prever em função de seu volume populacional (Salvador, Maceió, João Pessoa, Aracaju, São Luís, Campina Grande, Feira de Santana, Itabuna, Montes Claros e Ilhéus).

Natal, com 250.602 habitantes urbanos e em 4.º lugar na hierarquia populacional, posicionando-se logo abaixo das 3 metrópoles, ocupa

NORDESTE

NÚMERO DE CENTROS E POPULAÇÃO DAS CIDADES, POR CLASSES DE TAMANHO

CLASSES DE POPULAÇÃO	1950				1960				1970			
	Centros		População		Centros		População		Centros		População	
	Nº	%	hab.	%	Nº	%	hab.	%	Nº	%	hab.	%
0 a 10.000	593	92,22	1.481.572	38,13	619	90,50	1.604.972	33,98	1269	89,43	3.289.454	29,51
10.001 a 20.000	27	4,20	353.459	9,10	42	6,14	608.119	12,87	82	5,78	1.142.031	10,24
20.001 a 50.000	14	2,18	389.251	10,02	12	1,75	364.494	7,72	43	3,03	1.449.032	13,00
50.001 a 100.000	7	1,09	554.569	14,27	2	0,29	117.892	2,49	12	0,85	809.364	7,26
mais de 100.000	2	0,31	1.106.844	28,48	9	1,32	2.028.295	42,94	13	0,91	4.457.645	39,99
TOTAL	643	100,00	3.885.695	100,00	684	100,00	4.723.772	100,00	1419	100,00	11.147.526	100,00

CRESCIMENTO ABSOLUTO E RELATIVO

CLASSES DE POPULAÇÃO	1950/1960				1960/1970				1950/1970			
	Centros		População		Centros		População		Centros		População	
	Abs	%	Absoluto	%	Abs	%	Absoluto	%	Abs	%	Absoluto	%
0 a 10.000	26	4,38	123.400	8,33	650	105,01	1.684.482	104,95	676	114,00	1.807.882	122,02
10.001 a 20.000	15	55,56	254.660	72,05	40	95,24	533.912	87,80	55	203,70	788.572	223,10
20.001 a 50.000	-2	-14,29	-24.757	-6,36	31	258,33	1.084.538	297,55	29	207,14	1.059.781	272,26
50.001 a 100.000	-5	-71,43	-436.677	-78,74	10	500,00	691.472	586,53	5	71,43	254.795	45,94
mais de 100.000	7	350,00	921.451	83,25	4	44,44	2.429.350	119,77	11	550,00	3.350.801	302,76
TOTAL	41	6,38	838.077	21,57	735	107,46	6.423.754	135,99	776	120,68	7.261.831	186,89

TABELA 3

NORDESTE

Tamanhos Populacional e Funcional das Cidades

1970

CIDADES	POPULAÇÃO URBANA	ORDEM	TAMANHO FUNCIONAL	ORDEM
Recife	1.046.454	1	57,62	2
Salvador	1.007.195	2	61,74	1
Fortaleza	519.571	3	35,25	3
Natal	250.602	4	14,91	7
Maceió	243.009	5	16,00	4
João Pessoa	197.495	6	15,76	5
Olinda	187.428	7	10,16	11
Teresina	181.062	8	9,75	12
Aracaju	179.276	9	13,39	8
São Luís	167.651	10	15,42	6
Campina Grande	162.554	11	10,98	10
Feira de Santana	126.972	12	12,00	9
Caruaru	100.915	13	6,59	15
Itabuna	84.500	14	8,00	13
Vitória da Conquista	82.230	15	5,98	17
Montes Claros	81.657	16	7,13	14
Juazeiro do Norte	79.755	17	2,39	27
Mossoró	77.199	18	1,10	49
Jequié	62.147	19	4,75	19
Ilhéus	57.572	20	6,02	16
Parnaíba	57.030	21	2,20	31
Alagoinhas	53.817	22	4,25	20
Jaboatão	52.459	23	4,07	21
Sobral	51.835	24	4,01	22
Garanhuns	50.510	25	5,33	18
Arapiraca	43.818	26	1,25	44
Vitória de Santo Antão	41.200	27	2,31	30
Patos	39.838	28	2,37	28
Paulo Afonso	38.264	29	1,25	45
Petrolina	37.156	30	1,73	39
Crato	36.781	31	3,37	23
Juazeiro	36.242	32	2,61	26
Imperatriz	34.710	33	-1,49	140
Bayeux	34.636	34	-2,57	188
Arcoverde	33.300	35	2,72	25
São Lourenço da Mata	32.680	36	-0,69	107
Palmares	31.281	37	0,59	59
Caxias	30.778	38	1,31	43
Limoeiro	30.718	39	0,86	53
Itapetinga	30.393	40	1,91	36
Santa Rita	29.834	41	-2,43	182

CIDADES	POPULAÇÃO URBANA	ORDEM	TAMANHO FUNCIONAL	ORDEM
Bacabal	29.495	42	-0,26	89
Iguatu	27.835	43	0,74	55
Floriano	26.776	44	1,18	48
Cabo	26.593	45	-0,18	83
Timbauba	26.500	46	0,81	54
Carpina	26.335	47	-0,74	108
Palmeira dos Índios	25.992	48	1,97	34
Candeias	25.804	49	3,06	24
Crateús	25.021	50	-0,43	95
Caicó	24.583	51	0,88	52
Sousa	24.557	52	-0,36	93
Pesqueira	24.315	53	-1,21	127
Goiana	24.305	54	0,25	70
Cajazeiras	24.144	55	0,24	71
Penedo	23.381	56	1,09	50
Guarabira	22.608	57	1,21	46
Rio Largo	21.625	58	-1,08	121
Serra Talhada	21.378	59	-0,81	111
Senhor do Bonfim	21.317	60	-0,46	98
Gravatá	21.278	61	-1,28	131
Paulista	21.075	62	-0,26	88
Santo Antônio de Jesus	21.032	63	2,33	29
Santo Amaro	20.669	64	2,18	32
Valença	20.582	65	-0,27	90
Estância	20.259	66	-1,17	126
Escada	19.999	67	-1,58	142
Codó	19.518	68	-0,03	75
Pedreiras	19.427	69	-2,08	162
Igarassu	19.401	70	-2,75	196
Pirapora	18.954	71	0,64	56
Salgueiro	18.910	72	-0,00	72
Macau	18.832	73	-3,19	210
Jacobina	18.814	74	1,93	35
Piripiri	18.481	75	-3,14	208
Campo Maior	18.400	76	-1,05	119
Propriá	18.356	77	0,43	63
Ipiaú	18.277	78	1,83	38
Picos	18.107	79	-1,32	132
Bezerros	17.832	80	-1,83	148
Moreno	17.688	81	-1,16	124
Belo Jardim	17.635	82	-1,05	120
Barreiros	17.294	83	-2,10	165
Cruz das Almas	17.285	84	1,69	40
Quixadá	16.899	85	-0,31	91
Itabaiana	16.433	86	-2,06	161

CIDADES	POPULAÇÃO URBANA	ORDEM	TAMANHO FUNCIONAL	ORDEM
Nazaré	16.243	87	0,27	68
Timon	16.041	88	-2,09	164
Itaberaba	16.019	89	-0,63	106
Serrinha	15.925	90	2,02	33
Currais Novos	15.809	91	-0,09	81
União dos Palmares	15.690	92	-0,81	112
Sapé	15.409	93	-1,73	147
Brumado	15.289	94	-1,98	152
Ibicaraí	15.042	95	0,47	61
Santa Inês	14.902	96	-1,85	151
Aracati	14.539	97	-1,85	150
Itabaiana	14.058	98	-0,05	77
Coaraci	13.832	99	-0,01	73
Catu	13.751	100	-0,07	78
Ribeirão	13.734	101	-1,17	125
Januária	13.598	102	0,36	65
Rio Tinto	13.405	103	-3,60	225
Açu	13.250	104	-1,46	139
Camaçari	12.919	105	1,86	37
Ceará-Mirim	12.869	106	-2,00	158
São José do Ribamar	12.821	107	-4,11	243
Cabedelo	12.800	108	-1,60	143
Maragogipe	12.766	109	-2,03	160
Maranguape	12.748	110	-0,45	96
Alagoa Grande	12.723	111	-2,22	168
Lagarto	12.609	112	0,55	60
Ubatã	12.574	113	-3,68	227
Nazaré da Mata	12.423	114	-0,45	97
Mata de São João	12.373	115	-0,20	85
Bom Jesus da Lapa	12.223	116	-2,02	159
Mamanguape	12.143	117	-3,43	220
Camocim	12.031	118	-3,91	236
Itapipoca	11.918	119	-2,56	186
Coroatá	11.896	120	-1,46	137
Pinheiro	11.822	121	-2,13	166
Surubim	11.817	122	0,46	62
Catende	11.762	123	-0,89	116
Canavieiras	11.676	124	-0,03	74
Santana do Ipanema	11.655	125	0,38	64
Cachoeira	11.434	126	-0,12	82
Canindé	11.412	127	-2,88	202
Pombal	11.364	128	-1,38	133
Bom Conselho	10.828	129	-0,07	80
Areia Branca	10.755	130	-3,85	234
Paudalho	10.717	131	-1,98	155

CIDADES	POPULAÇÃO URBANA	ORDEM	TAMANHO FUNCIONAL	ORDEM
Itamaraju	10.674	132	-2,61	190
Guanambi	10.442	133	0,32	67
Esperança	10.355	134	-1,99	156
Chapadinha	10.285	135	-2,25	171
Poções	10.264	136	-2,42	177
Irecê	10.236	137	-2,16	167
São Miguel dos Campos	10.212	138	1,20	47
São Cristóvão	10.152	139	-3,83	233
Itambé	10.090	140	-1,84	149
Ruy Barbosa	10.087	141	-1,40	135
Itajuípe	10.062	142	0,63	57
Muritiba	10.044	143	-0,57	101
Janaúba	10.018	144	-1,15	123
Macaíba	9.938	145	-3,25	212
Parnamirim	9.934	146	1,53	42
Russas	9.912	147	-0,62	105
Xique-Xique	9.895	148	-2,28	172
Mari	9.884	149	-4,77	248
Santa Cruz	9.873	150	-2,74	194
Barreiras	9.831	151	-1,15	122
Medeiros Neto	9.773	152	-3,18	209
Altos	9.719	153	-3,67	226
Oeiras	9.608	154	-2,79	197
Pentecoste	9.595	155	-3,25	211
Castro Alves	9.584	156	-2,43	181
Quixeramobim	9.489	157	-1,25	129
Barbalha	9.433	158	-0,57	102
Bocaiúva	9.409	159	-0,07	79
Barra do Corda	9.388	160	-2,82	198
Pilar	9.269	161	-2,56	187
Afogados da Ingazeira	9.127	162	-1,21	128
Delmiro Gouveia	9.100	163	-1,44	136
Catolé do Rocha	9.095	164	-0,99	117
Tauá	9.065	165	-3,01	206
Senador Pompeu	9.053	166	-0,37	94
Ipu	9.008	167	-2,68	193
Baturité	8.784	168	-0,32	92
Sertânia	8.773	169	-0,51	100
Barra	8.746	170	-2,63	191
Monteiro	8.648	171	-1,05	118
Carolina	8.640	172	-0,18	84
Pau dos Ferros	8.618	173	-1,38	134
Viçosa	8.584	174	0,26	69
Rosário	8.526	175	-2,85	201
Nova Cruz	8.514	176	-2,60	189

CIDADES	POPULAÇÃO URBANA	ORDEM	TAMANHO FUNCIONAL	ORDEM
Ouricuri	8.485	177	-2,31	174
Cururupu	8.465	178	-4,99	250
Araripina	8.335	179	-2,24	169
Caucaia	8.329	180	-0,82	113
João Câmara	8.327	181	-3,90	235
Santa Cruz do Capibaribe	8.257	182	-2,83	199
Cedro	8.256	183	-2,42	179
Salinas	8.207	184	-1,46	138
São Sebastião do Passé	8.199	185	-0,82	114
Bonito	8.137	186	-2,24	170
Camacan	8.024	187	-0,77	109
Itapagé	8.015	188	-3,07	207
Itororó	7.774	189	-0,51	99
Condado	7.759	190	-3,56	221
Itanhém	7.734	191	-4,08	242
Icó	7.676	192	-0,79	110
Esperantina	7.643	193	-4,02	241
Jaguaquara	7.603	194	-0,21	86
Amargosa	7.589	195	-0,23	87
São Bento	7.432	196	-3,97	239
Pindaré-Mirim	7.419	197	-2,54	185
Lajedo	7.336	198	-0,59	104
Orós	7.326	199	-2,42	178
Guadalupe	7.296	200	-1,26	130
Neópolis	7.262	201	-3,57	222
Buerarema	7.190	202	-0,87	115
Vitorino Freire	7.173	203	-2,84	200
Conceição do Jacuípe	7.113	204	-1,60	144
Belmonte	7.108	205	-2,43	180
Balsas	7.054	206	-1,98	154
Brejo Santo	7.048	207	0,32	66
Nova Russas	7.007	208	-3,33	216
Areia	6.890	209	-1,72	146
Santa Maria da Vitória	6.773	210	-2,89	203
Tianguá	6.679	211	-4,71	247
Jaguaribe	6.460	212	-3,01	205
Euclides da Cunha	6.363	213	-2,30	173
São João dos Patos	6.290	214	-4,45	244
Tobias Barreto	6.288	215	-2,01	157
Maruim	6.234	216	-2,74	195
Dom Pedro	6.154	217	-2,53	184
Monte Azul	5.961	218	-3,76	230
Simões Filho	5.947	219	-0,04	76
Campos Sales	5.713	220	-3,78	231
Várzea da Palma	5.698	221	-2,93	204

CIDADES	POPULAÇÃO URBANA	ORDEM	TAMANHO FUNCIONAL	ORDEM
Nossa Senhora das Dores	5.679	222	-3,40	218
Matriz de Camaragibe	5.645	223	-3,31	215
Água Branca	5.574	224	-4,92	249
Pacajus	5.551	225	-2,40	176
Esplanada	5.464	226	-0,58	103
Valença do Piauí	5.359	227	-3,40	219
São Raimundo Nonato	5.277	228	-3,28	214
Várzea Alegre	5.235	229	-3,74	229
Cuité	5.123	230	-3,80	232
Itaparica	5.083	231	0,60	58
Picuí	4.988	232	-2,33	175
São Francisco do Conde	4.929	233	1,63	41
Angicos	4.683	234	-4,47	245
Colinas	4.452	235	-2,66	192
Brejo	4.446	236	-3,36	217
Santana do Aracaú	4.173	237	-2,48	183
Porto da Folha	4.139	238	-5,06	251
Itamaracá	4.087	239	-3,58	223
Lauro de Freitas	3.959	240	1,03	51
Prado	3.702	241	-1,98	153
Boquira	3.673	242	-1,57	141
Teixeira	3.640	243	-3,92	237
Pacatuba	3.637	244	-3,58	224
Correntes	3.434	245	-1,64	145
Barreirinhas	3.388	246	-5,14	253
São Raimundo das Mangabeiras	3.212	247	-4,52	246
Uruçuí	2.869	248	-3,97	238
Carutapera	2.830	249	-5,34	254
Vera Cruz	2.369	250	-4,01	240
Pereiro	2.346	251	-6,09	255
Bom Jesus	2.344	252	-2,08	163
Aquiraz	1.974	253	-3,73	228
Touros	1.934	254	-5,07	252
Grão Mogol	1.443	255	-3,25	213

a 7.ª posição em Tamanho Funcional, sendo ultrapassada por Maceió, João Pessoa e São Luís. Isto significa que seu crescimento econômico não se fez na mesma proporção de seu crescimento populacional, o que está relacionado à sua fraca atuação regional, talvez, em parte, resultante de sua posição geográfica periférica, somada ao fato de que, desde a 2.ª Guerra Mundial, o seu crescimento populacional é função, principalmente, da implantação de bases militares, sendo a cidade muito dependente dos recursos federais nela aplicados e pouco relacionados a uma dinâmica econômica própria. É interessante notar o que ocorre na comparação da hierarquia populacional com a hierarquia em Tamanho

Funcional nas áreas metropolitanas de Recife e Salvador.

A maioria dos centros satélites de Recife tem melhor posicionamento na hierarquia populacional que os de Salvador, porém, o mesmo não ocorre quando se compara o Tamanho Funcional dos centros de ambas as áreas. Neste caso, os centros satélites de Salvador estão, no todo, melhor posicionados, exceção feita a Olinda e Jaboatão, que lideram o conjunto de centros das duas áreas metropolitanas (nas duas dimensões) e que se fazem seguir de 6 centros da área de Salvador (Tabela 4), seguidos, a seu turno, pelos demais centros da área de Recife.

Isto parece indicar maior dinamismo da área de Salvador como um todo, uma vez que é, sem dúvida, a componente econômica que está embutida no Fator I, que eleva os "scores" dos centros desta Área Metropolitana.

O exame dos "scores" do Fator I revela enorme variação nos 255 centros analisados (Tabela 5).

TABELA 4

NORDESTE

Centros da Área Metropolitana de Recife e Salvador (*)

CIDADES	TAMANHO FUNCIONAL	ORDEM	POPULAÇÃO URBANA	ORDEM
Olinda (PE)	10,164	11	187.428	7
Jaboatão (PE)	4,077	21	52.459	23
Candeias (BA)	3,062	24	25.804	49
Camaçari (BA)	1,863	37	12.919	105
São Francisco do Conde (BA)	1,636	41	4.929	233
Lauro de Freitas (BA)	1,038	51	3.959	240
Itaparica (BA)	0,609	58	5.083	231
Simões Filho (BA)	-0,049	76	5.947	219
Cabo (PE)	-0,183	83	26.593	45
Paulista (PE)	-0,263	88	21.075	62
São Lourenço da Mata (PE)	-0,690	107	32.680	36
Moreno (PE)	-1,166	124	17.688	81
Igarassu (PE)	-2,755	196	19.441	70
Itamaracá (PE)	-3,582	223	4.087	239
Vera Cruz (BA)	-4,019	240	2.369	250

(*) Extraído da tabela nº 3

TABELA 5

MATRIZ DE "FACTOR SCORES"(*)

Nº DO CENTRO NO ANEXO I	CIDADES	FATORES(**)			
		I	II	III	IV
2	Salvador (BA)	61,74	30,17	5,66	10,98
1	Recife (PE)	57,62	30,88	4,87	10,89
3	Fortaleza (CE)	35,25	19,32	4,52	7,88
10	Maceió (AL)	16,00	17,55	2,84	6,16
8	João Pessoa (PB)	15,76	18,51	3,07	7,53
4	São Luís (MA)	15,42	21,17	1,48	6,49
6	Natal (RN)	14,91	17,54	4,81	5,93
11	Aracaju (SE)	13,39	16,88	3,51	5,62
12	Feira de Santana (BA)	12,00	14,62	4,91	6,84
7	Campina Grande (PB)	10,98	11,70	0,86	4,40
149	Olinda (PE)	10,16	13,51	7,88	2,87
5	Teresina (PI)	9,75	11,55	2,97	4,41
14	Itabuna (BA)	8,00	10,26	3,97	4,52
25	Montes Claros (MG)	7,13	14,94	2,80	5,05
9	Caruaru (PE)	6,59	9,53	0,90	5,37
13	Ilhéus (BA)	6,02	8,35	0,41	2,37
24	Vitória da Conquista (BA)	5,98	7,63	1,27	3,51
20	Garanhuns (PE)	5,33	10,90	1,11	4,40
22	Jequié (BA)	4,75	8,38	0,44	3,33
40	Alagoinhas (BA)	4,25	7,22	1,49	0,57
147	Jaboatão (PE)	4,07	1,94	4,49	-2,01
18	Sobral (CE)	4,01	4,41	-2,30	8,59
16	Crato (CE)	3,37	6,33	-1,67	3,56
153	Candeias (BA)	3,06	3,73	4,47	-1,19
36	Arcoverde (PE)	2,72	5,89	5,62	3,15
23	Juazeiro (BA)	2,61	8,60	0,41	0,99
17	Juazeiro do Norte (CE)	2,39	0,73	1,32	3,82
35	Patos (PB)	2,37	4,80	0,00	2,93
142	Santo Antônio de Jesus (BA)	2,33	5,48	-1,13	5,94
126	Vitória de Santo Antão (PE)	2,31	4,54	-0,29	1,61
29	Parnaíba (PI)	2,20	3,50	-0,12	2,72
213	Santo Amaro (BA)	2,18	5,66	-1,38	-0,15
65	Serrinha (BA)	2,02	6,62	-0,39	0,36
38	Palmeira dos Índios (AL)	1,97	6,74	-0,23	1,37
43	Jacobina (BA)	1,93	5,86	-0,51	2,77
62	Itapetinga (BA)	1,91	4,78	4,89	1,98
152	Camaçari (BA)	1,86	1,41	6,78	2,26
61	Ipiaú (BA)	1,83	5,97	1,21	0,89
21	Petrolina (PE)	1,73	5,55	4,58	-0,05
136	Cruz das Almas (BA)	1,69	5,99	-2,50	6,90
158	São Francisco do Conde (BA)	1,63	3,30	0,49	-2,10
181	Parnamirim (RN)	1,53	6,59	5,68	-2,48

Nº DO CENTRO NO ANEXO I	CIDADES	FATORES(**)			
		I	II	III	IV
45	Caxias (MA)	1,31	5,54	-2,02	1,65
37	Arapiraca (AL)	1,25	-0,42	2,29	-0,17
63	Paulo Afonso (BA)	1,25	3,36	9,52	-2,87
34	Guarabira (PB)	1,21	3,46	-0,95	1,76
128	São Miguel dos Campos (AL)	1,20	3,24	0,75	5,53
15	Floriano (PI)	1,18	4,23	1,72	5,29
19	Mossoró (RN)	1,10	0,33	0,41	-1,76
57	Penedo (AL)	1,09	6,43	-1,44	1,23
155	Lauro de Freitas (BA)	1,03	3,24	3,66	-0,63
32	Caicó (RN)	0,88	4,52	-1,49	1,48
79	Limoeiro (PE)	0,86	2,29	-1,97	2,62
81	Timbaúba (PE)	0,81	2,71	-2,27	4,22
31	Iguatu (CE)	0,74	0,66	-0,00	0,02
67	Pirapora (MG)	0,64	7,38	1,97	0,03
203	Itajuípe (BA)	0,63	3,03	0,98	0,49
154	Itaparica (BA)	0,60	1,26	1,13	2,46
55	Palmares (PE)	0,59	1,50	2,98	-0,39
131	Lagarto (SE)	0,55	3,52	-2,18	0,68
137	Ibicaraí (BA)	0,47	3,17	1,94	1,49
125	Surubim (PE)	0,46	1,30	-1,56	1,75
39	Propriá (SE)	0,43	3,44	0,79	1,49
58	Santana do Ipanema (AL)	0,38	2,89	-0,82	-1,32
66	Januária (MG)	0,36	5,32	-2,34	3,56
48	Brejo Santo (CE)	0,32	2,49	-1,59	1,63
85	Guanambi (BA)	0,32	4,59	1,57	1,50
140	Nazaré (BA)	0,27	4,89	-2,48	-0,08
130	Viçosa (AL)	0,26	4,17	-3,24	-0,02
119	Goiana (PE)	0,25	0,82	-0,86	0,71
33	Cajazeiras (PB)	0,24	2,82	-0,95	-1,30
56	Salgueiro (PE)	-0,00	1,71	3,43	0,15
135	Coaraci (BA)	-0,01	2,10	-1,09	1,75
200	Canavieiras (BA)	-0,03	1,54	-3,16	2,22
27	Codó (MA)	-0,03	1,19	-0,60	1,21
157	Simões Filho (BA)	-0,04	-2,47	8,73	-1,79
60	Itabaiana (SE)	-0,05	3,04	-1,56	0,10
201	Catu (BA)	-0,07	-0,54	1,49	-2,76
88	Bocaiúva (MG)	-0,07	5,40	-2,42	2,01
115	Bom Conselho (PE)	-0,07	3,33	-4,24	2,77
50	Currais Novos (RN)	-0,09	-0,82	1,84	0,07
133	Cachoeira (BA)	-0,12	4,25	-2,46	2,48
144	Cabo (PE)	-0,18	-0,79	2,52	-1,59
68	Carolina (MA)	-0,18	3,91	1,12	1,00
209	Mata de São João (BA)	-0,20	1,50	2,53	-2,22
139	Jaguaquara (BA)	-0,21	2,14	-1,20	3,65

Nº DO CENTRO NO ANEXO I	CIDADES	FATORES(**)			
		I	II	III	IV
132	Amargosa (BA)	-0,23	3,68	-2,43	4,19
150	Paulista (PE)	-0,26	-1,31	2,52	-2,19
26	Bacabal (MA)	-0,26	0,52	2,79	0,93
86	Valença (BA)	-0,27	0,74	-3,14	1,66
99	Quixadá (CE)	-0,31	-1,19	-1,02	-0,14
70	Baturité (CE)	-0,32	0,33	-0,58	1,28
54	Sousa (PB)	-0,36	1,14	-0,54	-2,48
74	Senador Pompeu (CE)	-0,37	1,88	-0,65	-0,67
71	Crateús (CE)	-0,43	-1,72	0,58	-0,33
73	Maranguape(CE)	-0,45	-1,35	-0,16	1,71
121	Nazaré da Mata (PE)	-0,45	1,90	-1,27	0,73
64	Senhor do Bonfim (BA)	-0,46	1,31	-0,47	-1,90
207	Itororó (BA)	-0,51	2,75	2,56	3,15
124	Sertânia (PE)	-0,51	3,31	-0,45	0,41
211	Muritiba (BA)	-0,57	1,64	-3,01	4,07
172	Barbalha (CE)	-0,57	1,85	-3,38	2,22
251	Esplanada (BA)	-0,58	0,22	0,00	1,16
189	Lajedo (PE)	-0,59	-0,06	0,92	0,06
49	Russas (CE)	-0,62	0,25	-2,23	1,23
42	Itaberaba (BA)	-0,63	0,42	1,20	0,11
151	São Lourenço da Mata (PE)	-0,69	-3,94	6,36	-1,82
117	Carpina (PE)	-0,74	-1,13	1,79	0,48
199	Camacan (BA)	-0,77	-2,31	4,26	-1,93
174	Icó (CE)	-0,79	-1,33	-0,31	-0,44
80	Serra Talhada (PE)	-0,81	0,64	-0,31	-1,36
129	União dos Palmares (AL)	-0,81	-0,26	-1,74	-0,81
160	Caucaia (CE)	-0,82	-2,15	-0,02	-0,54
214	São Sebastião do Passé (BA)	-0,82	-1,10	-1,32	-1,35
198	Buerarema (BA)	-0,87	0,71	1,06	1,17
118	Catende (PE)	-0,89	-0,25	0,58	-0,85
53	Catolé do Rocha (PB)	-0,99	0,82	-1,56	1,13
107	Monteiro (PB)	-1,05	-0,01	-2,43	2,49
47	Campo Maior (PI)	-1,05	-0,51	-0,90	-0,74
186	Belo Jardim (PE)	-1,05	-0,35	-1,36	0,54
194	Rio Largo (AL)	-1,08	0,80	-0,67	0,13
41	Barreiras (BA)	-1,15	2,61	1,19	-2,80
216	Janaúba (MG)	-1,15	2,67	4,61	-1,03
148	Moreno (PE)	-1,16	-0,87	-1,81	-0,25
123	Ribeirão (PE)	-1,17	-0,47	3,02	-0,08
59	Estância (SE)	-1,17	-1,66	-1,61	2,04
122	Pesqueira (PE)	-1,21	-0,66	-2,47	0,72
111	Afogados da Ingazeira (PE)	-1,21	1,62	-0,56	-0,00
100	Quixeramobim (CE)	-1,25	-1,46	-2,43	-0,89
171	Guadalupe (PI)	-1,26	-1,26	14,11	-1,76

Nº DO CENTRO NO ANEXO I	CIDADES	FATORES(**)			
		I	II	III	IV
120	Gravatá (PE)	-1,28	-0,91	-1,95	-0,18
30	Picos (PI)	-1,32	-0,77	-2,23	0,63
108	Pombal (PB)	-1,38	2,05	-4,33	-0,19
52	Pau dos Ferros (RN)	-1,38	0,75	1,44	-2,63
141	Ruy Barbosa (BA)	-1,40	-0,56	-2,48	-0,21
127	Delmiro Gouveia (AL)	-1,44	0,12	2,14	3,04
90	Coroatá (MA)	-1,46	-1,77	0,14	-0,26
143	Salinas (MG)	-1,46	0,95	-3,29	1,35
75	Açu (RN)	-1,46	-1,45	-1,49	-0,21
28	Imperatriz (MA)	-1,49	-3,5[illegible]	10,38	-3,23
249	Boquira (BA)	-1,57	[illegible],51	3,65	-4,52
188	Escada (PE)	-1,58	-3,05	0,35	0,99
183	Cabedelo (PB)	-1,60	-0,91	-0,75	-0,96
202	Conceição do Jacuípe (BA)	-1,60	-2,95	-0,30	2,77
229	Correntes (PI)	-1,64	0,99	-0,46	-2,92
241	Areia (PB)	-1,72	0,25	-4,66	-0,56
110	Sapé (PB)	-1,73	-3,55	-2,25	-0,64
114	Bezerros (PE)	-1,83	-2,95	-3,13	0,94
205	Itambé (BA)	-1,84	-2,45	-1,25	-0,12
95	Aracati (CE)	-1,85	-3,74	-4,74	4,40
165	Santa Inês (MA)	-1,85	-3,84	7,91	-0,61
84	Brumado (BA)	-1,98	-3,89	3,26	-2,69
252	Prado (BA)	-1,98	-4,75	1,08	0,27
44	Balsas (MA)	-1,98	-2,79	0,20	-0,57
191	Paudalho (PE)	-1,98	-3,87	0,15	0,07
105	Esperança (PB)	-1,99	-2,80	-1,26	-2,86
247	Tobias Barreto (SE)	-2,01	-1,53	-2,70	3,08
102	Ceará- Mirim (RN)	-2,00	-2,42	-0,35	-0,60
83	Bom Jesus da Lapa (BA)	-2,02	-1,19	1,79	-1,76
208	Maragogipe (BA)	-2,03	-2,14	-4,62	1,54
78	Itabaiana (PB)	-2,06	-2,65	-1,50	-0,52
46	Pedreiras (MA)	-2,08	-2,59	1,39	-1,79
227	Bom Jesus (PI)	-2,08	-2,83	-1,37	0,29
167	Timon (MA)	-2,09	-1,36	1,61	-2,18
113	Barreiros (PE)	-2,10	-2,05	-1,65	-2,05
92	Pinheiro (MA)	-2,13	-1,51	-2,83	0,38
138	Irecê (BA)	-2,16	-5,05	4,19	-4,43
104	Alagoa Grande (PB)	-2,22	-2,36	-2,85	-0,40
[illegible]	Araripina (PE)	-2,24	-3,10	0,69	1,16
116	Bonito (PE)	-2,24	-1,56	-4,20	2,11
89	Chapadinha (MA)	-2,25	-3,18	-0,00	-2,49
87	Xique-Xique (BA)	-2,28	-1,73	-2,74	-1,47
250	Euclides da Cunha (BA)	-2,30	-1,25	-0,32	-3,97
190	Ouricuri (PE)	-2,31	-3,01	3,90	-1,95

Nº DO CENTRO NO ANEXO I	CIDADES	FATORES(**)			
		I	II	III	IV
239	Picuí (PB)	-2,33	-3,48	-1,53	0,29
231	Pacajus (CE)	-2,40	-3,22	-0,84	-3,77
212	Poções (BA)	-2,42	-2,71	-1,68	0,90
177	Orós (CE)	-2,42	-5,75	2,91	-4,13
173	Cedro (CE)	-2,42	-5,01	-1,89	-3,86
197	Belmonte (BA)	-2,43	-1,66	-3,72	-0,78
134	Castro Alves (BA)	-2,43	-3,32	-4,11	1,24
185	Santa Rita (PB)	-2,43	-4,26	-0,58	-0,35
230	Santana do Acaraú (CE)	-2,48	-4,53	-5,56	7,19
220	Dom Pedro (MA)	-2,53	-2,75	3,77	-1,81
91	Pindaré-Mirim (MA)	-2,54	-3,60	6,29	-0,99
98	Itapipoca (CE)	-2,56	-4,75	-4,04	-3,92
193	Pilar (AL)	-2,56	-2,07	-0,92	-2,36
182	Bayeux (PB)	-2,57	-4,84	5,19	-1,01
51	Nova Cruz (RN)	-2,60	-5,01	0,16	-2,64
204	Itamaraju (BA)	-2,61	-5,92	2,75	-3,00
82	Barra (BA)	-2,63	-2,40	-3,60	-1,38
221	Colinas (MA)	-2,66	-1,65	-1,78	0,46
72	Ipu (CE)	-2,68	-4,45	-3,49	-2,58
77	Santa Cruz (RN)	-2,74	-3,57	-2,73	-2,08
246	Maruim (SE)	-2,74	-4,46	-0,67	-0,68
145	Igarassu (PE)	-2,75	-6,74	2,08	-3,49
69	Oeiras (PI)	-2,79	-2,72	-3,00	0,69
162	Barra do Corda (MA)	-2,82	-5,18	1,59	-3,13
192	Santa Cruz do Capibaribe (PE)	-2,83	-4,85	2,14	-0,79
168	Vitorino Freire (MA)	-2,84	-5,82	3,54	-2,58
164	Rosário (MA)	-2.85	-1,12	-4,17	-0,87
97	Canindé (CE)	-2,88	-5,36	-2,95	-2,50
248	Santa Maria da Vitória (BA)	-2,89	-3,43	-0,55	-1,88
255	Várzea da Palma (MG)	-2,93	-2,09	3,38	-1,51
233	Jaguaribe (CE)	-3,01	-3,82	-2,21	-4,80
101	Tauá (CE)	-3,01	-5,30	-2,08	-4,68
175	Itapagé (CE)	-3,07	-4,92	-3,22	-2,88
94	Piripiri (PI)	-3,14	-6,28	-0,17	-1,09
210	Medeiros Neto (BA)	-3,18	-5,73	2,59	-2,17
76	Macau (RN)	-3,19	-5,42	-0,46	-3,94
178	Pentecoste (CE)	-3,25	-6,31	1,13	-3,31
180	Macaíba (RN)	-3,25	-3,12	0,33	-2,83
254	Grão Mogol (MG)	-3,25	-1,75	-2,86	-0,87
228	São Raimundo Nonato (PI)	-3,28	-4,75	-2,83	0,05
243	Matriz de Camaragibe (AL)	-3,31	-6,50	0,36	-1,43
176	Nova Russas (CE)	-3,33	-5,34	-0,84	-2,54
219	Brejo (MA)	-3,36	-4,68	-3,64	-2,82
245	Nossa Senhora das Dores (SE)	-3,40	-4,75	-3,19	-2,14

Nº DO CENTRO NO ANEXO I	CIDADES	FATORES(**)			
		I	II	III	IV
225	Valença do Piauí (PI)	-3,40	-4,85	-3,04	0,43
106	Mamanguape (PB)	-3,43	-6,01	-4,26	-2,07
187	Condado (PE)	-3,56	-7,88	0,51	-1,00
195	Neópolis (SE)	-3,57	-5,09	-1,79	-0,78
146	Itamaracá (PE)	-3,58	-7,04	0,98	-3,92
161	Pacatuba (CE)	-3,58	-6,60	-2,83	-4,44
109	Rio Tinto (PB)	-3,60	-4,43	-1,88	-1,52
169	Altos (PI)	-3,67	-6,77	1,00	-1,95
215	Ubatã (BA)	-3,68	-6,77	4,90	-5,41
159	Aquiraz (CE)	-3,73	-7,68	-4,27	0,50
235	Várzea Alegre (CE)	-3,74	-6,14	-4,63	-3,13
253	Monte Azul (MG)	-3,76	-3,04	-3,05	-3,20
236	Campos Sales (CE)	-3,78	-6,92	-1,21	-3,84
240	Cuité (PB)	-3,80	-7,08	-1,05	-0,67
196	São Cristóvão (SE)	-3,83	-5,32	-1,01	-0,56
179	Areia Branca (RN)	-3,85	-4,57	-2,56	-6,72
103	João Câmara (RN)	-3,90	-7,75	0,19	-2,06
96	Camocim (CE)	-3,91	-7,84	-3,34	-3,99
242	Teixeira (PB)	-3,92	-6,25	-4,12	-1,83
226	Uruçuí (PI)	-3,97	-4,98	-2,16	3,75
93	São Bento (MA)	-3,97	-4,82	-5,45	3,37
158	Vera Cruz (BA)	-4,01	-7,33	-2,57	-3,00
170	Esperantina (PI)	-4,02	-7,68	1,82	-1,71
206	Itanhém (BA)	-4,08	-7,89	2,61	-3,87
166	São José do Ribamar (MA)	-4,11	-5,38	0,21	-4,51
223	São João dos Patos (MA)	-4,45	-7,13	-2,26	-3,75
238	Angicos (RN)	-4,47	-7,23	-1,16	-3,05
222	São Raimundo das Mangabeiras (MA)	-4,52	-7,60	2,05	-3,13
232	Tianguá (CE)	-4,71	-8,17	-2,52	-3,50
184	Mari (PB)	-4,77	-11,12	0,48	-3,43
224	Água Branca (PI)	-4,92	-8,86	2,71	-4,54
163	Cururupu (MA)	-4,99	-7,86	-5,07	-3,58
244	Porto da Folha (SE)	-5,06	-9,01	-3,34	-3,01
237	Touros (RN)	-5,07	-9,42	-4,93	-5,50
218	Barreirinhas (MA)	-5,14	-7,51	-3,32	-1,91
217	Carutapera (MA)	-5,34	-7,90	-1,69	-3,57
234	Pereiro (CE)	-6,09	-11,22	-4,59	-6,32

(*) De acordo com a ordem decrescente dos centros no Fator I

(**) I – Tamanho Funcional
II – Status Sócio-econômico
III – Migração
IV – Força de Trabalho

Salvador (61.74) se posiciona em 1.º lugar, pouco distanciado de Recife (57.62). Cumpre salientar que, no conjunto das variáveis que estruturam o Fator Tamanho Funcional, foi a receita corrente de Salvador a responsável pelo "score" mais elevado dessa cidade em relação a Recife. Enquanto Recife apresenta uma receita de apenas Cr$ 51.614.000,00, Salvador atinge a quase 3 vezes mais, ou seja, Cr$ 139.954.000,00.

A posição dessas duas cidades no Fator I é excêntrica em relação ao corpo do sistema, pois, estão muito distanciadas das demais cidades nordestinas e mesmo de Fortaleza. Isto é fruto de um mecanismo em que às suas atividades econômicas, voltadas em boa parte para outras regiões do país e para o exterior, se soma a drenagem de recursos provenientes das regiões de influência direta de cada uma delas, favorecendo a concentração do desenvolvimento e o papel de liderança das duas cidades nos subsistemas por elas comandados, e indicam, talvez, uma tendência à bipolarização ao nível do sistema nordestino como um todo.

O Tamanho Funcional das duas metrópoles nordestinas é uma medida de sua importância no conjunto regional e macro-regional, e reflete o poder de atração que ambas exercem, em função da grandeza e diversificação das atividades nelas concentradas, que proporcionam maiores oportunidades de emprego e melhores condições sócio-econômicas à população.

Abaixo das duas metrópoles citadas, aparece Fortaleza, que comanda o terceiro subsistema do macro-sistema nordestino.

Fortaleza apresenta Tamanho Funcional de 35.25 e seu afastamento para as duas principais metrópoles do Nordeste é maior do que para Maceió, cidade que ocupa o 1.º lugar no grupo das capitais estaduais nordestinas.

Este 3.º grupo, que agrega Maceió, João Pessoa, São Luís, Natal e Aracaju, tem "scores" em Tamanho Funcional variando entre 16.00 (Maceió) e 13.39 (Aracaju) e é constituído, na sua maioria, por cidades-portos, cujas atividades no passado foram elementos de ponderável importância no crescimento dos centros da região Nordeste, pois, tornaram-se focos de povoamento e de concentração da comercialização da produção regional, ao que se somou o exercício da atividade administrativa, que gerou ainda maior potencialidade de crescimento. Estas cidades estão gradativamente se modernizando com o surto industrial recente do Nordeste, promovido pela SUDENE. Entretanto, sua estrutura é ainda essencialmente ligada aos serviços e comércio. exercendo todas elas centralidade sobre áreas de influência ampla. Apresentam significativas taxas de crescimento e continuidade de aumento destas taxas através dos anos, e representam verdadeiros "centros de crescimento" dentro do Nordeste.

Abaixo deste grupo, um 4.º conjunto de cidades, bastante nítido, com "scores" variando entre 12.00 e 9.75, reúne: Feira de Santana, Campina Grande, Olinda e Teresina, todas elas (à exceção de Olinda) centros regionais com amplas áreas de influência. Olinda não apresenta centralidade, dada sua proximidade de Recife, e a magnitude de

seu Tamanho Funcional está relacionada à sua função de subúrbio residencial de Recife, o que faz com que ela concentre grande número de habitantes urbanos, com grande contingente de população economicamente ativa.

Abaixo deste grupo, 10 cidades com "scores" entre 8.00 e 4.01 se reúnem e 8 delas são centros regionais: Itabuna, Montes Claros, Caruaru, Ilhéus, Vitória da Conquista, Garanhuns, Jequié e Sobral. Das restantes, Alagoinhas é centro sub-regional e a última, Jaboatão, é centro industrial da Área Metropolitana de Recife.

Com exceção de Montes Claros, bem interiorizada, as demais cidades estão situadas na fachada oriental, com exceção de Sobral, que se situa próxima ao litoral setentrional do Nordeste.

As primeiras 8 cidades citadas são centros de amplas áreas de influência, centros comerciais por excelência, situados junto ou próximos de áreas agrícolas mais ou menos dinâmicas, das quais comercializam a produção. Seu Tamanho Funcional está também ligado ao traçado e funcionamento das vias de circulação. Vitória da Conquista, na Bahia, altamente beneficiada pela rodovia BR-116 – trecho Rio-Bahia, é exemplo de importância das comunicações no desenvolvimento das cidades nordestinas.

É interessante notar que a diferença entre o tamanho das cidades diminui, sucessivamente, na medida que se passa de um grupo a outro.

No 1.º grupo (Salvador e Recife) a diferença para o 2.º grupo (Fortaleza) é de 22.37; do 2.º grupo para o 3.º (que reúne as capitais estaduais) é de 19.25; e do 3.º para o 4.º grupo esta distância é de apenas 1.39.

Tais dados revelam, nitidamente, a existência de uma estrutura urbana formada por estratos de cidades que apresentam distâncias funcionais cada vez maiores à medida que se sobe na hierarquia, o que indica a inexistência de um sistema regional integrado, do ponto de vista sócio-econômico.

O 6.º grupo reúne 11 cidades com Tamanho Funcional variando de 3.37 a 2.02. Destes 11 centros, 3 são regionais (Crato, Juazeiro e Juazeiro do Norte); 4 são sub-regionais (Arcoverde, Patos, Parnaíba e Serrinha); 2 são locais (Santo Antônio de Jesus e Vitória de Santo Antão), além de Candeias, da Área Metropolitana de Salvador, e Santo Amaro, centro situado junto a esta área.

Os 3 primeiros são centros de importante expressão regional nas áreas em que se situam. Crato e Juazeiro são centros de atuação em expressiva área que extravasa o Cariri cearense, penetrando pelo oeste da Paraíba e Pernambuco. Crato é o centro cultural do Cariri e onde já começa a ser desenvolvido o novo processo de industrialização, marcado, de início, pelo beneficiamento e produção de óleo bruto de algodão, a que se somaram, ultimamente, indústrias mais sofisticadas, como a de óleo comestível (refinado e enlatado em Crato e comercializado, inclusive, em São Paulo), papel (de bagaço de cana), desenvolvido por japoneses, e cerâmica (filial de firma paulista).

Juazeiro, na Bahia, por sua posição de entrocamento flúvio-

-rodo-ferroviário, é importante centro distribuidor, com desenvolvido comércio atacadista, e localidade de intenso trânsito de gado que se destina ao Recôncavo, mantendo influência comercial em extensa área que alcança, inclusive, o sertão do sul do Piauí e nordeste de Goiás.

Arcoverde e Patos são centros comerciais sertanejos, com grandes áreas de influência, e cujo Tamanho Funcional relaciona-se, também, com sua situação face ao traçado e funcionamento das vias de circulação, que facilitam sua ligação com Campina Grande e João Pessoa (no caso de Patos) e Caruaru e Recife (no caso de Arcoverde). Parnaíba tem em seu Tamanho Funcional o reflexo de uma situação pretérita, ao tempo em que era da maior importância a navegação do Parnaíba, que fez da cidade o foco do desenvolvimento sócio-econômico e ponto de atração de toda a área do norte do Piauí, nordeste do Maranhão e noroeste do Ceará. Hoje, sua importância econômica decresceu e seu Tamanho Funcional está ligado, principalmente, à variável população urbana, que atinge a 57.030 habitantes, sendo bem superior à dos demais centros deste grupo, com exceção de Juazeiro do Norte, o mais populoso; Parnaíba, com uma infra-estrutura urbana herdada do antigo desenvolvimento econômico, tem aumentado sua área de influência nos setores saúde (hospitais até especializados) e educação (localiza-se aí uma Faculdade de Administração), abrangendo os municípios do norte do Piauí e nordeste do Maranhão, sendo ainda o centro comercial de maior importância da área citada, como concentrador do comércio atacadista.

Os demais centros deste grupo são de menor expressão ou centros locais, como Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, e Santo Antônio de Jesus, na Bahia, ambos focos de áreas agrícolas densas, além de Candeias, que apresenta situação "sui generis", pois faz parte da Área Metropolitana de Salvador, desempenhando a função de núcleo "dormitório".

O 7.º conjunto de centros apresenta "scores" entre 1.03 e 1.97. Este grupo reúne 18 cidades, heterogêneas quanto às funções que desempenham, englobando centros mais equipados e com expressivas áreas de influência, como Mossoró no Rio Grande do Norte, Floriano no Piauí, Caxias no Maranhão, Paulo Afonso na Bahia, Arapiraca em Alagoas etc., além de alguns centros da Área Metropolitana de Salvador: Camaçari, São Francisco do Conde e Lauro de Freitas, de função industrial. Os demais centros do grupo, em sua maior parte cidades comerciais ligadas a áreas agrícolas dinâmicas, como a de culturas diversificadas em Ipiaú; ou de pecuária melhorada em Itapetinga, além de outras cidades, onde a proximidade de grandes centros (Parnamirim em relação a Natal e Cruz das Almas em relação a Salvador) ou a posição em pontos especiais das vias de circulação (Petrolina e Penedo na travessia do São Francisco), tem proporcionado maior impulso ao desenvolvimento.

Abaixo deste grupo, 20 cidades apresentam Tamanho Funcional entre 0 e 1.0: 9 são centros sub-regionais e 9 são centros locais, além de 1 centro da Área Metropolitana de Salvador (Itaparica), e Itajuípe, município sem centralidade e pertencente à área de atração de Ilhéus e Itabuna.

Dentre eles sobressaem, por seu melhor equipamento e maior atuação regional, Iguatu no Ceará, Caicó no Rio Grande do Norte, Cajazeiras na Paraíba, Limoeiro em Pernambuco, Santana do Ipanema em Alagoas, Propriá em Sergipe e Ibicaraí na Bahia.

Abaixo deste grupo, os demais centros possuem Tamanho Funcional inferior a zero, isto é, "scores" negativos que variam de -0.004 em Salgueiro (PE) a -6.09 em Pereiro (CE). Estes centros somam, ao todo, 184, sendo 39 na Bahia, 30 no Ceará, 28 em Pernambuco, 25 no Maranhão, 18 na Paraíba, 13 no Piauí, 12 no Rio Grande do Norte, 8 em Sergipe, 6 em Minas Gerais e 5 em Alagoas.

São centros locais e sub-regionais, de funções heterogêneas, com fragilidade da atividade comercial e de serviços, e de pequena importância regional. No grupo, entretanto, salientam-se alguns centros de equipamento ligeiramente melhor como: Campo Maior e Picos (PI); Quixadá, Quixeramobim, Crateús (CE), Sousa (PB), Itabaiana (SE), Carolina (MA), Currais Novos (RN), Serra Talhada, Sertânia e Bom Conselho (PE), União dos Palmares (AL), Nazaré, Senhor do Bonfim, Itaberaba e Barreiras (BA); centros de áreas metropolitanas que se beneficiam com a moderna implantação industrial, constituindo áreas de expansão da atividade secundária, como Simões Filho para Salvador, Paulista, São Lourenço da Mata e Cabo para Recife e, em menor escala, Caucaia e Maranguape para Fortaleza; cidades vinculadas à presença de usinas açucareiras e agroindustriais como Catende (PE) e Rio Tinto (PB); cidades de frentes pioneiras (principalmente arrozeiras), como Bacabal, Santa Ignês, Imperatriz (MA), dotadas de instalações para beneficiamento de produtos primários, e, finalmente, cidades de áreas que pouco evoluíram, de que são exemplos: São Raimundo das Mangabeiras, no Maranhão; Tauá, no Ceará; Touros, no Rio Grande do Norte; Porto da Folha, em Sergipe, e Barra e Xique-Xique, na Bahia.

A distribuição espacial dos centros no que concerne ao Fator 1 – Tamanho Funcional – mostra, nitidamente, uma concentração dos centros de maiores "scores" na faixa do litoral, mata e agreste; aí se localizam, além das Metrópoles de Recife e Salvador, as capitais estaduais e os centros regionais mais expressivos.

Da fachada litorânea em direção ao oeste da Região, o número de centros de maior Tamanho Funcional é pequeno. Exceção feita a Fortaleza, terceira metrópole nordestina, e a São Luís e Teresina, capitais estaduais, sobressaem apenas, no interior, as cidades de Sobral, Crato e Juazeiro do Norte no Ceará; Floriano no Piauí; Caxias no Maranhão; Petrolina em Pernambuco; Jacobina na Bahia, e Montes Claros em Minas Gerais, que já apresentam grande diferença em Tamanho Funcional em relação às grandes cidades da fachada Atlântica. Isto revela que os mecanismos de difusão,a partir dos focos principais – Recife e Salvador – e, secundariamente, de Fortaleza, atuam pouco na área nordestina, quando considerada como um todo.

2.2—STATUS SÓCIO-ECONÔMICO

Este Fator constitui a 2ª dimensão básica de diferenciação dos centros da região Nordeste e explicam 17,12% da variação total, exprimindo o nível de bem-estar das populações urbanas, medido através dos percentuais da população urbana com automóvel (0,65), geladeira (0,68), televisão (0,45), servida de rede geral de água (0,69), com renda de Cr$ 400,00 e mais (0,61), com o curso primário (0,77) e curso secundário completo (0,77), com expressiva força-de-trabalho feminino na PEA urbana (0,40), e com menor índice de fertilidade medido pela variável – filhos tidos das mulheres de 15 a 49 anos/mulheres de 15 a 49 anos (-0,53), entre outras variáveis.

A análise da distribuição espacial dos "scores" neste fator revela diferentes níveis do Status Sócio-econômico no conjunto dos 255 centros estudados. (Tabela 5) (Mapa 2).

Um dos primeiros aspectos ressaltados é o dos níveis diferentes de status, encontrados nas 3 metrópoles em relação aos respectivos centros satélites. Enquanto os "scores" de Recife e Salvador atingem a 30,88 e 30, 17, respectivamente, e o de Fortaleza é de 19,32, os centros satélites apenas

TABELA 6

NORDESTE

CENTROS DA ÁREA METROPOLITANA DE RECIFE E SALVADOR

CENTROS DA ÁREA DE RECIFE	PEA URBANA COM RENDA Cr$ 200 A Cr$ 400	PEA URBANA COM Cr$ 400 E MAIS
144 – Cabo	4.60	1.60
145 – Igarassu	3.40	0.90
146 – Itamaracá	2.60	0.80
147 – Jaboatão	4.50	1.80
148 – Moreno	2.60	0.90
149 – Olinda	5.10	3.50
150 – Paulista	4.90	1.40
151 – São Lourenço da Mata	4.40	1.00
CENTROS DA ÁREA DE SALVADOR		
152 – Camaçari	6.20	3.40
153 – Candeias	5.90	3.20
154 – Itaparica	5.70	2.60
155 – Lauro de Freitas	6.10	2.20
156 – São Francisco do Conde	4.50	2.40
157 – Simões Filho	6.10	2.40
158 – Vera Cruz	3.70	0.60

atingem como maior "score" a 13,51, em Olinda (área de Recife), descendo para 3,73 em Candeias (área de Salvador). Os demais centros satélites acusam "scores" sucessivamente mais baixos, sendo que Jaboatão (1,94), na área de Recife e São Francisco do Conde (3,30), Lauro de Freitas (3,24), Camaçari (1,41) e Itaparica (1,26), na área de Salvador, são os únicos de "scores" **positivos**. Os demais centros satélites, nas 3 áreas metropolitanas, acusam valores **negativos**, o que indica claramente o menor status das suas populações em relação às respectivas metrópoles, apesar de muitos destes centros já se terem beneficiado com a moderna implantação industrial, promovida pelos incentivos fiscais da SUDENE e pela atuação da Petrobrás.

Por outro lado nota-se, nitidamente, a predominância, nos centros da área de Salvador, de status mais elevados em relação aos centros da área de Recife, exceção feita a Olinda, que tem "score" muito alto.

Dos 8 centros da área de Recife, 6 (Igarassu, Itamaracá, Moreno, Paulista, Cabo e São Lourenço da Mata) têm "scores" inferiores aos "scores" dos centros da área de Salvador, identificando, no conjunto, melhor status das populações nos centros satélites da área de Salvador.

Na realidade, tais "scores" maiores estão principalmente ligados às variáveis relativas à renda (Tabela 6). Nos centros da área de Salvador, o percentual da PEA urbana com renda de Cr$ 200,00 a Cr$ 400,00, varia de 3.70 a 6.20; nos centros da área de Recife, de 2.80 a 5.10. Quanto ao percentual da PEA urbana com renda de Cr$ 400,00 e mais, varia, na área de Salvador, entre 0.60 a 3.40, enquanto nos centros da área de Recife variam entre 0.80 a 1.80, com exceção de Olinda, que atinge a 3.50.

TABELA 7
NORDESTE
CIDADES CLASSIFICADAS SEGUNDO POSIÇÃO QUE ASSUMEM NOS FATORES I e II

CIDADES	TAMANHO FUNCIONAL	ORDEM	CIDADES	STATUS	ORDEM
Salvador	61.74	1	Recife	30.88	1
Recife	57.62	2	Salvador	30.17	2
Fortaleza	35.25	3	São Luís	21.17	3
Maceió	16.00	4	Fortaleza	19.32	4
João Pessoa	15.76	5	João Pessoa	18.51	5
São Luís	15.42	6	Maceió	17.55	6
Natal	14.91	7	Natal	17.54	7
Aracaju	13.39	8	Aracaju	16.88	8
Feira de Santana	12.00	9	Montes Claros	14.94	9
Campina Grande	10.98	10	Feira de Santana	14.62	10
Olinda	10.16	11	Olinda	13.51	11
Teresina	9.75	12	Campina Grande	11.70	12
Itabuna	8.00	13	Teresina	11.55	13
Montes Claros	7.13	14	Garanhuns	10.90	14
Caruaru	6.59	15	Itabuna	10.26	15
Ilhéus	6.02	16	Caruaru	9.53	16
Vitória da Conquista	5.98	17	Juazeiro (BA)**	8.60	17
Garanhuns	5.33	18	Jequié	8.38	18
Jequié	4.75	19	Ilhéus	8.35	19
Alagoinhas*	4.25	20	Vit. da Conquista	7.63	20

(*) Score em Status Sócio-econômico: 7.22. Ordem de posição no Fator 2: 22º.

(**) Score em Tamanho Funcional: 2.61. Ordem de posição no Fator 1: 26º.

Dos 7 centros da área de Salvador, 5 têm percentual acima de 5.00 na 1.ª variável citada, e nos 8 centros da área de Recife apenas Olinda atinge a um percentual de 5.10.

Na 2.ª variável citada, 5 centros de Salvador apresentam percentual acima de 2.20. Na área de Recife, 7 centros têm percentual abaixo de 1.80. Só Olinda constitui exceção.

Além dos conjuntos metropolitanos, os "scores" no Fator II mostram uma variação significativa nas demais cidades analisadas.

Abaixo de Recife e Salvador, o 1.º grupamento de cidades reúne Fortaleza às capitais estaduais de São Luís, João Pessoa, Maceió, Natal e Aracaju, variando os "scores" de 21.17 a 16.88. A moderna implantação industrial é a responsável, em grande parte, pelo desenvolvimento do status sócio-econômico destas cidades, ao lado das funções administrativas que possuem. A este grupo seguem-se, com "scores" variando entre 14.94 e 10.26, as cidades de Montes Claros, Feira de Santana, Olinda, Campina Grande, Teresina, Garanhuns e Itabuna. Trata-se de centros regionais, exceção feita a Olinda, subúrbio dormitório de Recife, como já foi assinalado. São centros de grande atuação regional, um deles capital estadual (Teresina), com grandes áreas de influência, e são, também, aquelas cidades que acusaram maior Tamanho Funcional, o que confirma que, nas áreas subdesenvolvidas,, da periferia nacional, as maiores cidades são também as de melhor Status Sócio-econômico.

Comparando-se as 20 primeiras cidades classificadas no Fator I com as 20 primeiras cidades classificadas no Fator II, verifica-se apenas certa modificação de ordem nos 2 fatores (Tabela 7), exceção feita a Alagoinhas, que é a 20.ª cidade no Fator I e não entra no elenco das 20 primeiras no Fator II, onde surge Juazeiro (BA). As variáveis responsáveis pelo maior "score" de Juazeiro em relação a Alagoinhas, no Fator II, são: PEA nos serviços de produção e consumo; percentual da população urbana em domicílio particular com rede geral de água, e PEA urbana com renda de Cr$ 200,00 a Cr$ 400,00, e de Cr$ 400,00 e mais. Em Alagoinhas, o maior Tamanho Funcional está ligado a duas variáveis: população urbana (56.062 hab. contra 39.083 em Juazeiro) e percentual da população urbana em domicílio particular com televisão, que é 10 vezes maior em Alagoinhas do que em Juazeiro, o que se compreende dada a proximidade de Salvador.

Deste conjunto de 20 cidades, apenas 4 mantêm a mesma ordem nos 2 Fatores: João Pessoa, Natal, Aracaju e Olinda, o que parece indicar equilíbrio de Tamanho destas cidades face ao seu Status Sócio-econômico; 10 cidades (Salvador, Fortaleza, Maceió e Teresina, além dos centros regionais de Feira de Santana, Campina Grande, Itabuna, Caruaru, Ilhéus e Vitória da Conquista) têm Tamanho maior que o Status Sócio-econômico, o que parece indicar que o equipamento sócio-econômico não é suficiente para o atendimento adequado à população.

As outras 6 cidades (Recife, São Luís, Montes Claros, Garanhuns, Jequié e Alagoinhas), têm Tamanho Funcional menor que seu Status Sócio-econômico.

Abaixo destas 20 primeiras cidades e com "scores" variando entre 7.38 e 5.32, reúnem-se 17 cidades. Trata-se na maioria de centros regionais e sub-regionais, de que são exemplos: Serrinha (6.62), Cruz das Almas (5.99) e Ipiaú (5.97) na Bahia; Palmeira dos Índios (6.74) e Penedo (6.43) em Alagoas; Parnamirim (6.59) no Rio Grande do Norte; Crato (6.33) no Ceará; Arcoverde (5.89) e Petrolina (5.55) em Pernambuco; Pirapora (7.38) em Minas Gerais; Caxias (5.54) no Maranhão.

São cidades, via de regra, com expressiva área de influência e de função comercial predominante, associadas, por vezes, à implantação industrial, como Crato no Ceará, e geralmente situadas em pontos de facilidade de acesso, face à atual rede rodoviária, que tem promovido maior impulso de desenvolvimento. Os que se situam mais para o interior, como Jacobina (5.86) e Caxias, são centros mais antigos, que mantêm estrutura urbana tradicional, o que lhes confere tais "scores", embora não estejam, no momento, sofrendo grande impulso de desenvolvimento.

Abaixo deste grupo e com "scores" variando entre 4.89 e 2.61, reúnem-se 32 cidades, sendo 14 centros regionais e sub-regionais, de que são exemplos: Patos (4.80) na Paraíba; Itapetinga (4.78) na Bahia; Caicó (4.52) no Rio Grande do Norte; Sobral (4.41) no Ceará; Floriano (4,23) no Piauí; Propriá (3.44) em Sergipe; Santana do Ipanema (2.89) em Alagoas. Doze são centros locais como: Guanambi (4.59) na Bahia; Vitória de Santo Antão (4.54) em Pernambuco; Viçosa (4.17) em Alagoas; Carolina (3.91) no Maranhão e Lagarto (3.52) em Sergipe, além de 3 centros da Área Metropolitana de Salvador: Candeias (3.73), São Francisco do Conde (3.30) e Lauro de Freitas (3.24). A localização espacial destes centros indica maior concentração dos mesmos nas zonas do Litoral, Mata e Agreste, além de outros mais interiorizados, em área do sertão da Paraíba, devendo-se salientar, ainda neste grupamento, Paulo Afonso (cujo status está explicitamente ligado à usina hidrelétrica nela existente), Sobral e Parnaíba, onde o status está nitidamente em defasagem com os respectivos tamanhos funcionais que superam o dos demais centros deste grupo. A moderna implantação da rede rodoviária foi fator negativo de expansão destes 2 centros. Sobral era, no noroeste cearense, o centro de comércio e serviços de grande área de influência que atravessava o Ceará, chegando até o Piauí e o Maranhão. Hoje, a existência da BR 222, ligando em curto tempo aqueles 2 Estados à metrópole cearense, tem provocado certo esvaziamento do centro, pois, desviou a população que anteriormente, pela dificuldade de acesso, fazia de Sobral centro de intermediação.

Do mesmo modo, e como já ficou salientado, Parnaíba perdeu seu dinamismo com a decadência do transporte fluvial do rio Parnaíba.

Os demais centros citados têm, em sua maioria, "scores" em Status Sócio-econômico ligados à posição de entrepostos comerciais da produção regional, como Patos, Itapetinga, Caicó, Santana do Ipanema etc., além da função de centros satélites de área metropolitana, como Candeias, bem como centros industriais, o que criou condições novas de desenvolvimento em função dos incentivos da SUDENE.

Com "scores" variando entre 2.49 e 0.12, agrupam-se 40 centros, sendo: 2 centros regionais, Mossoró (0.33) e Juazeiro do Norte (0.73); 12 centros sub-regionais, dentre os quais sobressaem: Brejo Santo (2.49) e Iguatu (0.66) no Ceará; Salgueiro (1.71), Palmares (1.50) e Goiana (0.82) em Pernambuco; Senhor do Bonfim (1.31) e Itaberaba (0.42) na Bahia; Codó (1.19) e Bacabal (0.52) no Maranhão; Sousa (1.14) na Paraíba; Pau dos Ferros (0.75) no Rio Grande do Norte; Rio Largo (0.80) em Alagoas; e 15 centros locais de que são exemplos Limoeiro (2.29) em Pernambuco, e Pombal (2.05) na Paraíba. Neste grupamento causam espécie os posicionamentos de Mossoró e Juazeiro do Norte, que apresentam Tamanho Funcional bem maior que os demais centros do grupo e "scores" em Status abaixo de 1.0, o que indica defasagem deste status em relação ao Tamanho Funcional. O exame da matriz de dados revela que as variáveis responsáveis por estes baixos "scores" são: PEA urbana com renda de Cr$ 400,00 e mais sobre a população urbana, que apenas atinge a 13% em Juazeiro do Norte e 11% em Mossoró, e população urbana de 15 a 19 anos, com secundário completo, que é de 0.6% em Juazeiro do Norte e 0.7% em Mossoró. Pesquisas de campo indicam que ambas as cidades são "inchadas". As romarias religiosas em Juazeiro do Norte e a liberação da mão-de-obra com a mudança de tecnologia nas salinas de Mossoró, desde o final da década de 1960, são as causas desta inchação, uma vez que grandes contingentes de população se deslocam ciclicamente para Juazeiro do Norte e, desde 1967, continuamente para Mossoró, sendo pouco absorvidos nos mercados de trabalho destes 2 centros e em seus estabelecimentos de ensino secundário, que são insuficientes para o atendimento de toda esta massa populacional. Além disso, a variável percentual de população urbana em domicílio particular com rede geral de água, nestas duas cidades, atinge a 19% em Mossoró e 15% em Juazeiro do Norte.

Abaixo deste grupo os demais centros apresentam "scores" negativos no Fator, indicando baixo Status Sócio-econômico que coincide com pequeno Tamanho Funcional. São, geralmente, centros locais ou municípios sem centralidade e que funcionam, na maior parte das vezes, como centros arrecadadores da produção agrícola circunvizinha e com uma atividade comercial rudimentar superposta. São centros de baixo nível de urbanização e pequeno grau de desenvolvimento. Uns poucos, entretanto, apresentam novos impulsos de desenvolvimento em função da moderna implantação industrial promovida pela SUDENE. Neste caso, citam-se Cabo e Paulista, em Pernambuco, ao lado dos quais sobressaem ainda as cidades de Catende e Pesqueira, vinculadas a grandes empresas agroindustriais. Do Ceará aparecem neste agrupamento Quixadá, Quixeramobim e Crateús (de estrutura tradicional, embora sem grande dinamismo atual), além de Maranguape e Caucaia (da área de Fortaleza). Na Bahia salienta-se Simões Filho, da Área Metropolitana de Salvador, ao lado de Bom Jesus da Lapa e Maragogipe. No Piauí sobressaem: Campo Maior, Guadalupe e Picos, o primeiro tradicional centro comercial do norte piauiense; Guadalupe, cidade nova surgida em função da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança; e Picos, que está sofrendo impulsos de desenvolvimento, em função de sua posição no Km 0 da rodovia Transama-

zônica. No Rio Grande do Norte sobressai Currais Novos; na Paraíba, Cabedelo, com função portuária e em Alagoas, União dos Palmares e Araripaca. Estes centros citados sobressam no conjunto de centros de "scores" negativos, que somam um total de 140 centros, assim distribuídos: Ceará (26), Bahia (25), Pernambuco e Maranhão (22), Paraíba (14), Piauí (12), Rio Grande do Norte (11) e, em menor escala, Sergipe (7), Alagoas (4), e Minas Gerais (3).

No conjunto, o sistema de cidades do Nordeste segue o padrão clássico de associação de Tamanho e Status Sócio-econômico. Na própria estrutura dos 2 Fatores existem 4 variáveis comuns: número de centros da área de influência, percentagem da população urbana em domicílio particular com geladeira, percentagem da população urbana em domicílio particular com televisão, e PEA urbana com renda de Cr$ 400,00 e mais, o que indica que os 2 Fatores são completamente ou superpõem.

O cruzamento, em um gráfico, do posicionamento das cidades nos Fatores I e II apresenta um padrão linear, onde os maiores "scores" em Tamanho Funcional estão associados aos maiores "scores" em Status Sócio-econômico. Assim, o gráfico citado confirma a relação entre o Tamanho Funcional e o Status Sócio-econômico, fato este bem característico na Grande Região Nordeste e já observado em outros estudos realizados no IBGE. (Gráfico 2)

Tal relação está bem nítida, principalmente, ao nível das 3 metrópoles, capitais estaduais e centros regionais.

Certos desvios, no entanto, são observados, como no caso de Juazeiro do Norte, Mossoró e Arapiraca, cujos Status Sócio-econômicos apresentam uma defasagem em relação aos respectivos tamanhos funcionais. Por outro lado, Montes Claros apresenta um Status Sócio-econômico semelhante ao de Feira de Santana, porém com Tamanho Funcional inferior. Todos os centros acima citados, com exceção de Arapiraca, estão situados no 1º quadrante do gráfico, isto é, naquele que caracteriza **maior** Tamanho Funcional e **maior** Status Sócio-econômico, e onde se destacam as posições de Recife e Salvador.

Fortaleza aparece numa posição intermediária, entre as 2 principais metrópoles nordestinas e as capitais estaduais, excetuando-se Teresina, que se localiza logo abaixo, em posição mais ou menos semelhante à de Campina Grande, Itabuna e Olinda, seguindo-se, ainda, obedecendo a um certo alinhamento, as cidades de Caruaru, Vitória da Conquista e Ilhéus.

No 2º quadrante, apenas Arapiraca se faz presente, caracterizando um Status Sócio-econômico não condizentecom o seu Tamanho Funcional, como já citado.

O 3º quadrante, que indica **menor** Tamanho Funcional e **menor** Status Sócio-econômico, engloba um maior número de centros, cujos valores nos 2 Fatores decrescem, gradativamente, a partir do ponto de cruzamento dos Fatores citados e que corresponde à média 0 (zero).

Finalmente, o 4º quadrante reúne centros de pequena variação em Tamanho Funcional (abaixo da média) e maior variação no que concerne ao Status Sócio-econômico (acima da média) e de que são exemplos: Ba-

cabal (MA); Itaberaba (BA); Codó (MA); Sousa (PB); Salgueiro (PE); Itabaiana (SE), e Senador Pompeu (CE), entre outros.

2.3 – MIGRAÇÃO

Este Fator, que explica 9,50% da variação total dos centros considerados, é o 3º em importância como dimensão básica na análise realizada.

O Fator estruturou-se em torno de 5 variáveis: percentual de migrantes de 0 a 5 anos de permanência na população urbana (0.92); percentual de migrantes urbano-urbano na população urbana (0.85); percentual de migrantes rural-urbano na população urbana (0.69); PEA urbana com renda de Cr$ 200,00 a Cr$ 400,00 na população urbana (0.46); e percentual da população urbana, de mais de 49 anos na população urbana. Esta última apresenta correlação negativa (-0.45) com as demais variáveis, indicando que os centros de maior afluxo de migrantes são também aqueles em que o contingente da população com idade inferior a 49 anos e predominante. Assim, os centros de "scores" positivos são aqueles que recebem, proporcionalmente, maior volume de migrantes e, ao mesmo tempo, são os que apresentam a estrutura etária de sua população marcada pelas idades abaixo de 49 anos, podendo-se supor que a imigração contribua, sensivelmente, para essa característica demográfica.

A simples observação das cidades afetadas pela migração, segundo classes de "scores", mostra, desde logo, que, na Região Nordeste, os centros maiores, atraentes de população, são as três metrópoles regionais e as capitais estaduais João Pessoa, Natal e Aracaju. Associadas a este grupo, quanto à intensidade da migração, notam-se cidades como Feira de Santana, Itabuna e Jaboatão, e outras menores como Petrolina, Arcoverde, Itapetinga e Candeias, todas com "scores" positivos entre 3.00 e 6.00, acompanhadas de uma série de centros menos importantes, mas ainda contidos nesta faixa de "scores" a qual abrange 28 cidades dentre as 255 da análise. É o grupamento mais numeroso e corresponde ao terceiro escalão no Fator, e a maioria de seus componentes localiza-se na faixa litorânea oriental da macrorregião e na sua retaguarda imediata, excetuadas Petrolina e Arcoverde, de localização interiorizada. (Mapa 3).

Esta faixa, correspondente aos domínios do Litoral, Mata e Agreste, é a mais populosa, de ocupação mais antiga, dotada de melhor rede urbana e de serviços de transporte e, praticamente, isenta de crises climáticas, reunindo, pois, uma série de condições favoráveis ao desenvolvimento econômico e atração de migrantes.

É do conhecimento geral o tradicional desempenho das metrópoles regionais e capitais de Estado como pontos de atração migratória intra-estadual e intrarregional, não só em vista da qualidade de serviços que podem oferecer a populações carentes, como também pela perspectiva de mais fácil obtenção de emprego e suposta melhoria de renda.

Entretanto, quando se consideram os outros centros integrantes deste grupo, há de se buscar outros motivos, que não excluem, de todo,

os que acabam de ser mencionados. Assim, tem-se de início, Feira de Santana, a mais de 100 quilômetros de Salvador, no sentido do interior. Trata-se de prestigioso centro regional, a mais importante cidade baiana depois de Salvador e, em termos de Tamanho Funcional e Status Sócio-econômico, é o centro de maior hierarquia do Nordeste, após as metrópoles regionais e capitais de Estado, excetuada Teresina.

Enquanto a ligação com Salvador não era melhorada e modernizada, Feira de Santana desenvolveu-se como importante ponto de apoio nas relações econômicas entre o litoral e porto de Salvador e o interior do sertão baiano, favorecida por sua posição geográfica na fronteira entre duas áreas que têm sido o binômio sustentador da economia regional: o litoral tradicionalmente agroindustrial e o sertão tradicionalmente algodoeiro e pecuarista. No exercício de suas funções, tornou-se ponto de uma das mais importantes ou da mais importante feira de gado do Nordeste e, hoje, revigorada graças à política de incentivos fiscais orientada para projetos industriais, aumentou sua motivação para afluxo de migrantes.

Itabuna, outra importante cidade baiana e que apareceu ao lado de Feira de Santana na mesma classe de "scores" do Fator Migração, tem seu passado econômico apoiado no comércio do cacau, de cuja área produtora, ela e Ilhéus são as cidades líderes. Mais recentemente, com o advento de novas rodovias federais e estaduais, asfaltadas ou melhoradas, Itabuna fortaleceu-se, quer pela prestação de serviços, quer pelas atividades industriais onde, ao lado da tradicional produção de alimentos, somam-se outras, entre elas a de madeira, obtida das florestas em destruição. Ocupa o terceiro posto entre as cidades baianas quanto às dimensões Tamanho Funcional e Status Sócio-econômico, logo abaixo de Feira de Santana. É, portanto, um centro atraente de migrantes. Quanto a Jaboatão, a curta distância de Recife a cuja Área Metropolitana pertence, é centro industrial, desenvolvido com apoio dos incentivos fiscais e, possivelmente, um ponto intermediário que retém parte da corrente migratória que teria por objetivo alcançar aquela metrópole, para a qual funciona como centro dormitório.

Dentro do mesmo grupamento, guardando entre si uma relativa equivalência nas dimensões Tamanho e Status, mas num posicionamento secundário, observa-se Petrolina, Arcoverde, Itapetinga e Candeias, cujas localizações vão desde a fachada atlântica até o sertão.

Petrolina, a mais interiorizada das quatro, situada na margem do São Francisco e fronteira à cidade e porto de Juazeiro, é desde há muito tempo ponto de parada e passagem de migrantes que, procedentes do interior nordestino buscam, através da navegação pelo médio rio São Francisco, atingir áreas da Região Sudeste. E, como esse movimento de saída é, em parte, atenuada por retornos, acontece que Petrolina atua como centro de intercâmbio migratório.

Com Arcoverde, é também a posição geográfica que a torna uma razoável receptora de migrantes. Situada nos limites do Agreste e do Sertão pernambucanos, servida por importante eixo rodoviário que, desde Recife, atravessa longitudinalmente todo o Estado e se articula com ligação para

Petrolina, servida também pela única ferrovia que, de Recife, demanda o sertão pernambucano, Arcoverde é, assim, importante ponto de passagem, servindo de etapa de migração, como Petrolina, e podendo atrair certo contingente migratório graças ao seu relativo bom nível sócio-econômico e razoável tamanho funcional.

Itapetinga, na Bahia, entre Vitória da Conquista e o litoral, liga-se a negócios de gado e abriga como principal atividade industrial a produção de alimentos. Situada entre Itabuna e Vitória da Conquista, é Itapetinga atendida por rodovia estadual pavimentada, que põe em articulação as cidades de Itabuna (na recente BR-101) e Vitória da Conquista (na movimentada BR-116). Próxima da zona cacaueira e do domínio pastoril do Planalto de Conquista, acessível à àrea pastoril de Montes Claros, em Minas Gerais, Itapetinga reflete, provavelmente, movimentação de mão-de-obra em busca de atividades que apresentam períodos de maior intensidade. Por fim, Candeias, localizada no Recôncavo Baiano e na órbita da Área Metropolitana de Salvador, e bem próxima da refinaria de Mataripe, tem características de cidade dormitório, com movimento ligado a esta condição, e cujo "score" de 4.47 no Fator a equipara com Jaboatão (4.49), da Área Metropolitana de Recife. Registre-se que Candeias, nas dimensões Tamanho Funcional e Status Sócio-econômico, apresenta "scores" acima da média regional, o que permite inferir que disponha de condições que a capacitam de atrair e reter, para si própria, um certo contingente migratório.

Todavia, na faixa litorânea, com "scores" mais elevados que os centros citados, aparecem Olinda (7.88) e São Lourenço da Mata (6.36), ambos da Área Metropolitana de Recife, e Simões Filho (8.73) e Camaçari (6.78), da Área Metropolitana de Salvador, todos integrantes do segundo escalão, no Fator, e abrangidos na classe de "scores" de 6 a 9. São centros que dispõem de atividade industrial capaz de justificar fluxo migratório sendo Olinda também importante núcleo "dormitório" de Recife.

Numa interiorização progressiva, a partir do litoral oriental do Nordeste, destacam-se por seus "scores" elevados os centros de Paulo Afonso (9.52), Guadalupe (14.11), Santa Inês (7.91), Pindaré-Mirim (6.29) e Imperatriz (10.38), os três últimos no Maranhão. No que concerne a Paulo Afonso e a Guadalupe, a presença das Hidrelétricas do São Francisco e de Boa Esperança são os fatores responsáveis pela atração migratória, dada a grande oferta de empregos.

De outro lado, Santa Inês, Imperatriz e Pindaré-Mirim são centros da área pioneira do Maranhão, para onde é intenso o fluxo migratório, dada a disponibilidade de terras cultiváveis.

Numa consulta à matriz de dados, e examinando-se as 3 variáveis relativas à migração, nota-se que:

a) O percentual de migrantes recentes (0 a 5 anos de residência) é bem maior em Imperatriz (48% da população migrante total) que nas duas outras cidades, onde atinge apenas a 13,8% em Santa Inês e 23,3% em Pindaré-Mirim. Realmente, a frente pioneira maranhense, que inicialmente teve direção Noroeste (de Bacabal - Pedreiras para Santa Inês

e Pindaré-Mirim), no final da década de 1960 e princípio da de 1970, passou a se acentuar na direção de Santa Luzia e Imperatriz, com orientação Sudoeste. No entanto, pesquisas de campo realizadas em 1976, constataram novo revigoramento das correntes migratórias em direção a Noroeste, possivelmente em função da atração exercida pela rodovia São Luís-Belém, que facilitou o acesso ao Noroeste maranhense e à Amazônia.

b) No que concerne às áreas metropolitanas, o que se observa é que os fluxos migratórios são preferentemente feitos em direção à cidade central. Os centros satélites acusam menor força de atração, exceção feita a Olinda e São Lourenço da Mata (da área de Recife) e Simões Filho e Camaçari (da área de Salvador). Ao passo que, na área de Fortaleza, o fluxo é essencialmente feito para a cidade central. Isto indica diferentes estágios do processo de metropolização, pois, enquanto Fortaleza está na 1ª etapa do processo, quando a cidade central atrai mais que os centros satélites, Recife e Salvador já estão passando para a 2ª etapa do processo, quando alguns centros satélites recebem maior contingente relativo de população, funcionando então como centros "dormitórios", de que são exemplos típicos Olinda, na área de Recife, e Candeias, na de Salvador.

A comparação dos "scores" das cidades nos Fatores II (Status) e III (Migração) não apresenta um padrão definido no cruzamento dos 2 Fatores (gráfico), embora se possa inferir a importância do nível econômico de certos centros como um fator de atração migratória. A posição das 3 metrópoles regionais, das capitais estaduais e de alguns centros regionais e de Olinda, no 1.º quadrande (que indica **maior** Status Sócio-econômico e **maior** migração), parece confirmar para o Nordeste a "bright light theory", ou seja, a atração exercida pelo brilho das cidades. Ainda neste 1º quadrante aparecem centros menores, como Jaboatão, Camaçari, Candeias e Lauro de Freitas, evidenciando uma maior força de atração e dinamização na periferia das metrópoles (Gráfico 3).

Por outro lado, fatores particulares de atração aparecem em Guadalupe e Paulo Afonso, como já citado, centros estes que se localizam, no gráfico, no 1º e 4º quadrantes, respectivamente, e que estão entre as 3 melhores posições relativas, em termos de "scores", no Fator Migração. No 4º quadrante, isto é, com acentuada migração relativa, porém, com um Status Sócio-econômico abaixo da média regional, aparecem os centros da área pioneira maranhense: Imperatriz, Santa Inês e Pindaré -Mirim, além de centros das áreas metropolitanas, como São Lourenço da Mata e Simões Filho. Os quadrantes 2 e 3 caracterizam-se pela presença de centros de pequena atração migratória, sendo que o 2º quadrante agrega centros de Status Sócio-econômico relativamente elevado e de que são exemplos Crato (CE), Penedo (AL), Serrinha (BA), Palmeira dos Índios (AL), Jacobina (BA). O 4º quadrante agrega os centros de mais baixo Status Sócio-econômico e de evasão de população, como Pereiro (CE), Touros (RN), Porto da Folha (SE) etc.

Como o movimento migratório apresenta múltiplas características, e, no caso particular do Nordeste, a seca e a pobreza sertaneja são 2 fatores preponderantes, o que se nota na distribuição espacial é uma maior

incidência de fluxos migratórios na faixa do Litoral, Mata e Agreste, de um lado, e no extremo noroeste da Região, na faixa pioneira maranhense, de outro lado, separadas estas duas pela grande área do sertão.

2.4 – FORÇA DE TRABALHO

Este Fator tem menor poder de explicação (7.69%) do que os anteriormente descritos e se estruturou em torno de 3 variáveis: PEA urbana, com renda inferior a 200 cruzeiros (0.84); PEA urbana em relação à população urbana (0.82) e PEA feminina urbana em relação à PEA urbana total (0.75). Todas se correlacionam positivamente dentro do Fator, indicando os centros de "scores" positivos, onde é relativamente elevado o potencial da PEA na população urbana, caracterizando, ainda, um baixo nível de renda e que neste percentual é forte a participação da mão-de-obra feminina.

Conforme se pode observar (Mapa 4), estas características estão ressaltadas nos principais centros urbanos, principalmente nas 3 metrópoles nordestinas e demais capitais estaduais, além de centros regionais importantes como Sobral, Feira de Santana, Caruaru, Montes Claros, Floriano, Campina Grande, Itabuna, Garanhuns, Juazeiro do Norte, Crato, Vitória da Conquista e Jequié, todos com "scores" superiores a 3.00, sendo que Salvador e Recife ocupam posição de destaque no conjunto de centros, com "scores" de 10.98 e 10.89, respectivamente. De uma forma geral, o que se pode inferir, através dos elevados "scores" associados a estes centros, diz respeito à importância dos mesmos no que se reporta à diversificação e intensidade de funções que os caracterizam e que, via de regra, são as funções associadas a uma baixa remuneração, fato este evidenciado pela presença da variável PEA urbana com renda inferior a 200 cruzeiros.

Ao lado disto, o elevado contingente de PEA urbana, com sua componente feminina, está muito relacionado ao acentuado ritmo de urbanização verificado na Região e nitidamente visível daqueles maiores centros citados, seja por força da política governamental de incentivos à industrialização, com criação de novos empregos, seja por força do próprio crescimento da população dessas cidades, o que demanda então ampliação do setor terciário. Tanto no setor secundário quanto no terciário, principalmente neste último, deve-se admitir a presença sensível do trabalho feminino. Por outro lado, deve ser considerada a contribuição da migração na formação da força de trabalho (nela embutida a PEA feminina), não só quanto ao seu volume mas, sobretudo, quanto à pequena renda indicada no Fator, em consonância com a ocupação em atividades autônomas ou de subemprego, todas de baixo nível de remuneração,e resultantes da difícil absorção, pelas cidades, da mão-de-obra adicional.

Cumpre salientar que nestes centros citados, os altos "scores" no Fator IV coincidem em geral com altos "scores" em Tamanho Funcional e Status-Sócio-econômico.

Além dos centros acima mencionados, nota-se que outros centros menos importantes, de menor Tamanho Funcional e menor Status Sócio-

econômico, aparecem com "scores" também superiores a 3.00, como são os casos de Santana do Acaraú, Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus, São Miguel dos Campos, Aracati, Timbaúba, Amargosa, Muritiba, Delmiro Gouveia, etc. Nestes centros a presença da PEA feminina urbana atinge grandes proporções da PEA urbana total, estando num nível relativo, superior ou semelhante aos das grandes cidades quanto a este aspecto, podendo-se salientar os exemplos de Santana do Acaraú e Cruz das Almas, cujas proporções são as mais elevadas para o conjunto dos centros considerados no estudo. A consulta ao Censo Demográfico de 1970 indica que estas elevadas proporções da PEA feminina estão especialmente ligadas ao setor secundário, ou seja, indústria alimentar, em Santana do Acaraú e fumo em Cruz das Almas, setores estes, via de regra, bem servidos pela mão-de-obra feminina, salientando-se que esta mão-de-obra é também significativa nas atividades industriais de Muritiba (fumo) e Delmiro Gouveia (alimentar e têxtil). Nos demais centros, onde a PEA urbana total está concentrada nas atividades industriais, com maior participação dos homens, a mão-de-obra feminina está mais localizada na categoria prestação de serviços, tendo-se como exemplos Santo Antônio de Jesus e São Miguel dos Campos.

Cumpre destacar o caráter relativo dos dados, onde, no Fator em questão, a PEA urbana, com renda inferior a 200 cruzeiros, e a PEA urbana total são consideradas em relação à população urbana, enquanto que a PEA feminina urbana é considerada em relação à PEA urbana total, razão pela qual se explica um certo nivelamento entre alguns centros menos expressivos e outro de maior importância no contexto urbano da área em estudo.

Num escalão imediatamente abaixo, com "scores" acima da média, variando de 0 a 3.00, aparece a maior parte dos centros sub-regionais (26 dos 42 estão neste intervalo), de que são exemplos Jacobina, Itapetinga, Ipiaú, Alagoinhas, Serrinha e Itaberaba, na Bahia; Estância, Propriá e Itabaiana, em Sergipe; Palmeira dos Índios e Penedo, em Alagoas; Salgueiro, em Pernambuco; Patos, Guarabira e Catolé do Rocha, na Paraíba; Caicó e Currais Novos, no Rio Grande do Norte; Brejo Santo, Russas e Iguatu, no Ceará; Parnaíba e Picos, no Piauí; Caxias, Bacabal e Codó, no Maranhão; e Pirapora, em Minas Gerais. Ao lado destes centros, aparecem centros locais como Cachoeira, Coaraci, Guanambi e Castro Alves, na Bahia; Lagarto, em Sergipe; Bom Conselho, Limoeiro, Bonito, Bezerros, Goiana, Pesqueira e Sertânia, em Pernambuco; Monteiro, na Paraíba; Baturité, no Ceará; Oeiras e Bom Jesus, no Piauí; Carolina e Pinheiro, no Maranhão; Bocaiuva e Salinas, em Minas Gerais, além de alguns centros de áreas metropolitanas como Olinda (área de Recife); Itaparica e Camaçari (da área de Salvador) e Maranguape e Aquiraz (da área de Fortaleza). Trata-se, portanto, de centros em que que a PEA total e a PEA feminina estão associadas ao setor secundário ou à prestação de serviços, de acordo com a especificação de cada centro, sendo que, através de consulta ao Censo Demográfico, pode-se detectar que, em geral, nos centros regionais mais importantes estão ligadas ao setor serviços.

Salienta-se ainda que, com "scores" elevados no Fator IV, aparecem

alguns centros de pequeno Tamanho Funcional e com Status Sócio-econômico em torno da média, principalmente na área da Bahia servida pela BR-116, onde as elevadas proporções da PEA urbana total bem como da PEA feminina urbana estão provavelmente associadas aos serviços de mecânica, alojamento e alimentação, função do grande fluxo desta rodovia, serviços estes que, no primeiro caso, ocupam especificamente a PEA masculina e, no segundo, expressiva proporção da PEA feminina.

Em suma, os centros mais expressivos quanto a esta dimensão básica encontram-se, em sua maioria, numa faixa relativamente próxima do litoral, com alguns outros centros esparsamente interiorizados.

O cruzamento dos Fatores II (Status Sócio-econômico) e IV (Força de Trabalho) confirma um certo relacionamento entre as duas dimensões (Gráfico 4).

Assim, pode-se observar que os centros de maiores "scores" em "Status" apresentam tendência a possuírem maior força de trabalho, concentrando-se então, no 1º quadrante, as 3 metrópoles, as capitais estaduais e centros regionais mais importantes. Neste quadrante é curioso notar o posicionamento de Sobral (nº 18), que apresenta melhor posição no que concerne à Força de Trabalho, do que as próprias capitais estaduais. Isto deriva principalmente da variável nº 25 que em Sobral tem valor muito alto, indicando maior participação relativa do trabalho feminino quando comparado com os demais centros.

Em oposição a esse, o 4º quadrante reúne centros de baixo Status Sócio-econômico, porém, com Força de Trabalho acima da média, salientando-se por suas posições os centros Santana do Acaraú (nº 230), São Bento (nº 93) e Aracati (nº 95), entre outros, onde também é a variável PEA feminina urbana sobre PEA urbana que mais pesa nesta dimensão, como já mencionado.

3 – CLASSIFICAÇÃO DOS CENTROS

As quatro dimensões básicas, selecionadas a partir dos resultados da Análise Fatorial, pretendem ter descrito alguns aspectos significativos do processo pelo qual o sistema urbano do Nordeste vem evoluindo.

Uma hipótese básica, subjacente à própria escolha das variáveis e refletida nos resultados da análise, é que o Tamanho Funcional e o Status Sócio-econômico que se procurou descrever com 6 e 7 variáveis (portanto contendo 13/30 do total das variáveis) representasse algo como 13/30 da explicação total de diferenciação existente no sistema. Na realidade, a análise revelou que o Fator I (Tamanho), mediu 19,70%, quando estava hipotetizado como representando 20%, enquanto o Fator II (Status), que se supunha representar 23%, acabou descrevendo 17,12%, conforme indicado na descrição de cada Fator, o que, em ambos os casos, constitui uma enorme aproximação.

O importante, entretanto, é notar que Tamanho Funcional e Status Sócio-econômico estão intimamente correlacionados nos centros nordestinos. Com efeito, voltando-se à Matriz de "Scores", constata-se que a quebra na hierarquia, no Fator I, é praticamente a mesma que a no Fator

II, nitidamente marcada não só entre Recife-Salvador e os demais centros (incluindo Fortaleza), como também entre as capitais e os centros regionais não capitais, e entre estes e os demais centros, o que revela, ainda, a fraca penetração do processo de desenvolvimento nos níveis sucessivamente mais baixos.

Dentro da concepção do processo de relações entre urbanização e desenvolvimento, e dada a importância dos 2 primeiros Fatores (Status sendo considerado como uma medida de desenvolvimento), o resultado lógico da Análise de Agrupamento seria uma tipologia fortemente afetada pela hierarquia em Tamanho e Status Sócio-econômico.

Isto foi tanto mais esperado quando se observou que outros aspectos do processo de desenvolvimento (e que afetam tanto o Tamanho quanto o Status) foram revelados de forma particular em dois outros Fatores: Migração (Fator III) e Força de Trabalho (Fator IV).

A Análise de Agrupamento[4] feita, então, a partir dos quatro Fatores selecionados, e adotado um grau de generalização de cerca de 9% correspondente a um coeficiente de similaridade de 3.00, resultou em 10 grupos bem definidos, além de três centros que permaneceram isolados: Fortaleza, Olinda e Guadalupe. Este isolamento pode ser explicado pelas particularidades que tais centros apresentam dentro dos Fatores considerados. Quanto a Fortaleza, é nítida a sua posição intermediária entre as duas metrópoles (Recife e Salvador) e as capitais estaduais, no que se refere ao Tamanho Funcional, apresentando o mesmo padrão de Recife e Salvador no que concerne à Migração e aproximando-se das capitais estaduais quanto ao Status Sócio-econômico e Força de Trabalho.

Assim, a terceira metrópole nordestina apresenta similaridade com Recife e Salvador, em certas características, e com as capitais estaduais em outras, o que lhe confere aquela posição intermediária dentro da hierarquia do sistema urbano nordestino.

Quanto a Olinda e Guadalupe, tudo indica que é principalmente o fato de serem dois focos de atração de imigrantes (o primeiro, pela proximidade de Recife, constituindo-se em núcleo dormitório com grande crescimento por força da própria expansão desta metrópole nordestina, e o

---

4. A Análise de Agrupamento ou "Cluster Analysis" é um complemento analítico da Análise Fatorial, de natureza aglomerativa, que procura agrupar uma série de indivíduos (no caso as cidades), baseada na similaridade existente entre estes indivíduos.
A partir de uma matriz de distâncias ou similaridades, inicia-se o processo de grupamento através da Classificação Hierárquica por Pares Recíprocos.
Este processo consiste na união de pares reciprocamente semelhantes, que vão-se agrupando a novos pares e, na etapa final, todos os lugares formam um só grupo, atingindo-se, então, a generalização total.
O que fica embutido de subjetividade, na formação dos grupos, é a escolha do nível de generalização utilizado, ou seja, que coeficiente de similaridade deve ser considerado para o corte que define a formação de grupos. Para tal decisão, no entanto, considera-se, ao lado do objetivo a ser atingido, o conhecimento empírico dos indivíduos analisados (as cidades), e procede-se a interpretação do dendograma (Gráfico dos grupamentos sucessivos) a partir de um corte, que é arbitrário, mas que é feito num nível que permita uma explicação sem perda demasiada de informações.

segundo em função da hidrelétrica de Boa Esperança), o que lhes confere esta situação particular.

Os grupamentos gerados pela "Cluster Analysis" revelaram certo grau de correspondência entre esta classificação e a classificação dos centros resultante do estudo "Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas".

Entretanto, algumas discrepâncias foram observadas (de que são exemplos mais típicos os centros regionais Sobral e Crato, que se juntaram, no 4º grupo do "Cluster", a centros sub-regionais; e Juazeiro do Norte e Mossoró que se juntaram, no 6º grupo do "Cluster", a centros de nível local). Isto na realidade poderá constituir elementos de revisão do sistema de classificação funcional dos centros, cuja medida foi feita com informações, apenas, quanto ao número de fluxos, além de ter tido base estatística bem anterior, uma vez que os dados foram coletados em 1965. Com o intuito de checar estas discrepâncias, usou-se, a partir dos resultados da Análise de Agrupamento e com base nos "scores" dos centros nos quatro Fatores da Análise Fatorial, um modelo de análise multidiscriminatória[5] que, além de testar, otimiza uma classificação inicial, através de iterações sucessivas.

---

5. O modelo em questão (que neste estudo utiliza o programa ITERIM) envolve as seguintes etapas:

1º – Define funções discriminates lineares (LDF) mutuamente ortogonais e constituídas pela combinação linear das variáveis originais (no caso os Fatores I, II, III e IV da Análise Fatorial).

2º – Determina os "scores" discriminantes em cada LDF, para cada indivíduo (no caso, os centros).

3º – Com base nos "scores" calcula a distância euclidiana de cada indivíduo para o centróide de cada grupo (no caso, os 10 grupos da Análise de Agrupamento) no espaço discriminante.

4º – Identifica a menor destas distâncias e aloca o indivíduo ao grupo mais próximo.

5º – Recalcula os dados e um novo conjunto de funções é computado, reproduzindo as etapas constantes dos itens 3º e 4º.

6º – Repete o processo (iterações sucessivas) até a obtenção de uma estrutura estável, isto é, quando duas iterações sucessivas apresentam o mesmo resultado. Neste momento a classificação está otimizada, pois foi obtida a minimização da variação intra-grupo e a maximização da variação inter-grupos.

Nota: Para maiores detalhes veja-se: P. M. Mather "Multiple Discriminant analysis, computer aplications in the natural and social sciences", nº6, 1969, 17 pp.; J. B. Racine et H. Raymond "L'Analyse Quantitative en Geógraphie" P.U.F. 1973 cap. III.

O resultado desta otimização reiterou as discrepâncias antes assinaladas, apontando outras como se verá adiante.

Na análise discriminante é interessante observar a composição das funções discriminantes na 1ª e na 10ª iteração, para conhecer as diferenças ocorridas entre ambas e que causaram modificações na composição dos grupos finais.

A tabela 8 mostra as correlações das variáveis (no caso, os 4 Fatores da Análise Fatorial) em cada LDF, ou seja, os "loadings" de cada variável, o que, em outras palavras, significa o quanto cada variável contribui em cada LDF. A Tabela mostra ainda os "eigenvalues", para cada LDF, que indicam o poder discriminante de cada função. O que se vê na 1ª iteração é que a 1ª LDF reuniu com altos "loadings" as variáveis Tamanho Funcional (0.99), Status Sócio-econômico (0.89) e Força de Trabalho (0.71) e seu poder discriminante, ou seja, a proporção da variabilidade interclasse, expressa por esta LDF, foi de 79%. Foi portanto esta LDF que, efetivamente, definiu os agrupamentos obtidos.

Nesta 1ª iteração, a relação da variância inter e intragrupos (função B/W) atingiu ao valor de 6.40, indicando uma variância intergrupos bem superior à variância intragrupos, o que valida o resultado da classificação. Na 10ª iteração, a estrutura da 1ª LDF permaneceu a mesma; apenas foram alterados ligeiramente os "loadings" de cada variável, bem como, o "eigenvalue" da LDF que passou a 75,07%. No entanto, a função B/W (medida da variância inter e intragrupos) subiu para 8.57, indicando, assim, melhor nível dos agrupamentos nesta iteração.

Testes de variância intragrupos na variância total do espaço discriminante (Wilks Lambda e Função F (Tabela 9) foram realizados, confirmando, pela comparação de seus respectivos valores nas 1ª e 10ª iterações, melhoria da classificação, pois, os valores de F, **computados**, aumentaram da 1ª para a 10ª iteração e foram em ambos os casos superiores aos valores **tabulados**, acusando, sempre, grau de confiabilidade acima de 95%. Como a 10ª iteração repetiu os agrupamentos gerados pela 9ª iteração, a classificação final está otimizada, tendo-se chegado à minimização das distâncias intragrupos e maximização das distâncias intergrupos. Com o resultado desta otimização, houve diversas alterações em relação à classificação do Cluster. Desde a 1ª iteração, Olinda, que estava unida às capitais estaduais, foi deslocada para o grupo de hierarquia abaixo, constituído por Campina Grande, Caruaru, Ilhéus, Itabuna etc., ou seja, veio reunir-se aos centros regionais não capitais.

TABELA 8

Correlação Entre Variáveis e Funções Discriminantes
Para a 1ª e 10ª Iterações.

VARIÁVEIS	FUNÇÕES DISCRIMINANTES PARA A 1ª ITERAÇÃO			
	1	2	3	4
Tamanho Funcional	0.9922	0.1241	0.0044	-0.0048
Status Sócio-Econômico	0.8928	-0.4149	0.0165	-0.1741
Migração	0.3409	-0.0720	0.9064	0.2386
Força-de-Trabalho	0.7119	-0.4721	-0.3495	0.3849
Percentual de explicação	79%	15%	4.8%	0.8%

VARIÁVEIS	FUNÇÕES DISCRIMINANTES PARA A 10ª ITERAÇÃO			
	1	2	3	4
Tamanho Funcional	0.9485	0.2483	-0.0423	0.0184
Status Sócio-Econômico	0.8780	-0.2097	-0.0862	-0.0791
Migração	0.3007	-0.0670	-0.0907	0.0953
Força-de-Trabalho	0.6931	-0.1845	-0.0130	-0.0500
Percentual de explicação	75%	17%	6.5%	1.2%

Fonte: Iterim para as 255 cidades nordestinas.

TABELA 9

Testes de Variação Inter e Intragrupos.

ITERAÇÕES	TRAÇO DE $\frac{B}{W}$ *	WILKS LAMBDA**	TESTE F***
1º	6.40	0.005934	73.902
2º	7.56	0.003583	88.185
3º	7.94	0.003070	92.960
4º	8.08	0.002806	95.826
5º	8.21	0.002680	97.318
6º	8.31	0.002603	98.284
7º	8.40	0.002541	99.071
8º	8.46	0.002462	100.134
9º	8.53	0.002379	101.273
10º	8.57	0.002358	101.582

* Medida de variação inter e intragrupos. B = variação intergrupos e W = variação intragrupos.

** Medida de variação intragrupos na variação total ($\frac{W}{T}$)

*** Aproximação do valor do Wilks Lambda.

Por outro lado, Juazeiro do Norte melhorou seu posicionamento no agrupamento otimizado, pois subiu do grupo 6 do Cluster para o grupo 4 do Iterim, onde se reuniu aos centros regionais de Crato, Sobral, Floriano, Juazeiro (BA), Palmeira do Índios etc. O mesmo sucedeu com Caicó (RN) e Propriá (SE).

A 10ª iteração acrescentou outras alterações além das acima citadas, como por exemplo a alocação, ao 5º grupo do Iterim, de Lauro de Freitas e São Francisco do Conde (da área de Salvador) juntando-os, no grupo, a outros centros metropolitanos como Jaboatão (da área de Recife) e Camaçari e Candeias (da área de Salvador), e separando-os de outros centros metropolitanos menos desenvolvidos, como Moreno, Caucaia e Maranguape, que permaneceram no 6º grupo desde a classificação inicial.

Como resultado final da análise discriminante, os 255 centros selecionados ficaram assim agrupados:

1º grupo – Recife e Salvador.

2º grupo – Fortaleza, São Luís, Natal, João Pessoa, Maceió, Aracaju.

3º grupo – Feira de Santana, Olinda, Teresina, Campina Grande, Caruaru, Ilhéus, Itabuna, Garanhuns, Jequié, Vitória da Conquista, Montes Claros.

4º grupo – Floriano, Crato, Sobral, Juazeiro, Parnaíba, Patos, Palmeira dos Índios, Alagoinhas, Jacobina, Caxias, Penedo, Ipiaú, Serrinha, Pirapora, Vitória de Santo Antão, São Miguel dos Campos, Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus, Santo Amaro, Juazeiro do Norte, Caicó, Guarabira, Propriá, Brejo Santo, Itabaiana (SE), Januária, Carolina, Limoeiro, Timbaúba, Guanambi, Bocaiúva, Bom Conselho, Sertânia, Delmiro Gouveia, Viçosa, Lagarto, Amargosa, Cachoeira, Coaraci, Ibicaraí, Jaguaquara, Nazaré, Itaparica, Barbalha, Canavieiras, Itajuípe, Itororó, Muritiba.

5º grupo – Petrolina, Arcoverde, Itapetinga, Paulo Afonso, Jaboatão, Camaçari, Candeias, Parnamirim, Bacabal, Barreiras, Palmares, Salgueiro, Ribeirão, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Mata de São João, Janaúba.

6º grupo – Mossoró, Codó, Picos, Iguatu, Cajazeiras, Arapiraca, Itaberaba, Balsas, Campo Maior, Russas, Currais Novos, Pau dos Ferros, Catolé do Rocha, Sousa, Santana do Ipanema, Senhor do Bonfim, Baturité, Crateús, Maranguape, Senador Pompeu, Açu, Itabaiana (PB), Serra Talhada, Barra, Valença, Xique-Xique, Coroatá, Pinheiro, Quixadá, Quixeramobim, Ceará-Mirim, Alagoa Grande, Pombal, Afogados da Ingazeira, Carpina, Catende, Goiana, Gravatá, Nazaré da Mata, Pesqueira, Surubim, União dos Palmares, Ruy Barbosa, Salinas, Moreno, Caucaia, Rosário, Icó, Cabedelo, Belo Jardim, Lajedo, Rio Largo, Belmonte, Buerarema, Itambé, São Sebastião do Passé, Colinas, Correntes, Areia, Esplanada, Grão Mogol, Bom Jesus da Lapa, Cabo, Paulista, Timon, Catu, Barreiros, Pilar, Euclides da Cunha.

7º grupo – Imperatriz, Brumado, Pindaré-Mirim, São Lourenço da Mata, Simões Filho, Santa Inês, Guadalupe, Bayeux, Ouricuri, Camacan, Ubatã, Dom Pedro, Boquira, Várzea da Palma, Irecê.

8º grupo – Estância, Oeiras, Monteiro, Sapé, Araripina, Bezerros, Bonito, Castro Alves, Escada, Conceição do Jacuípe, Maragogipe, Poções, Bom Jesus, Picuí, Tobias Barreto, Valença do Piauí, São Raimundo Nonato, São Bento, Aracati, Uruçuí, Santana do Acaraú.

9º grupo – Santa Rita, Paudalho, Santa Cruz do Capibaribe, Maruim, Prado, Pedreiras, Nova Cruz, Macau, Chapadinha, Piripiri, João Câmara, Esperança, Rio Tinto, Igarassu, Itamaracá, Barra do Corda, São José de Ribamar, Vitorino Freire, Altos, Esperantina, Nova Russas, Orós, Pentecoste, Macaíba, Condado, Neópolis, São Cristóvão, Itamaraju, Itanhém, Medeiros Neto, São Raimundo das Mangabeiras, Água Branca, Pacajus, Cuité, Matriz de Camaragibe, Santa Maria da Vitória, Monte Azul.

10º grupo – Ipu, Santa Cruz, Camocim, Canindé, Itapipoca, Tauá, Maranguape, Vera Cruz, Aquiraz, Pacatuba, Cururupu, Cedro, Itapagé, Areia Branca, Mari, Carutapera, Barreirinhas, Brejo, São José dos Patos, Tianguá, Jaguaribe, Várzea Alegre, Campos Sales, Angicos, Teixeira, Porto da Folha, Nossa Senhora das Dores, Pereiro, Touros.

O 1º grupo reuniu os dois grandes centros metropolitanos nordestinos – Recife e Salvador – que apresentam, em relação às demais cidades analisadas, grande distanciamento no que concerne ao Tamanho Funcional, ou seja, tamanho agregado do poder econômico, o qual é quase duas vezes maior que o da terceira metrópole nordestina – Fortaleza.

O mesmo acontece no que se refere ao Fator Status Sócio-econômico em que a distância de Fortaleza para Recife e Salvador é de 21.56 e 10.85, respectivamente, indicando, assim, que estas duas metrópoles nordestinas apresentam boa infra-estrutura sócio-econômica em relação aos padrões regionais, sobressaindo dos demais centros, em desenvolvimento.

Por outro lado, a aproximação destas duas metrópoles entre si indica que, na macrocefalia existente dentro do sistema, este, analisado segundo as dimensões Tamanho Funcional e Status Sócio-econômico, possui agora duas cidades no seu topo.

Estas duas metrópoles favorecidas por suas posições face aos eixos de trocas, são focos de convergência da produção regional, escoando-a para os mercados consumidores, ao mesmo tempo que exercem na área

a função distribuidora dos produtos importados dos grandes centros extra-regionais.

Ambas, no entanto, são metrópoles incompletas, apenas favorecidas pela herança de um rico passado, por elevado adensamento demográfico e por sua distância das metrópoles de Rio e São Paulo, a qual constitui circunstância de relevante importância no papel de direção regional que desempenham.

Recife e Salvador, quando comparadas com as demais cidades nordestinas, se caracterizam pela presença de bom equipamento terciário, ao lado de suas importantes atividades industriais, desenvolvidas, principalmente a partir da década de 1960, através dos incentivos da SUDENE e da atuação da Petrobrás, esta especificamente em Salvador.

Entretanto, o papel dirigente destas duas metrópoles ainda não alcançou pleno dinamismo. A partir delas apenas se esboça a elaboração de paisagens e formas de organização do espaço em setores regionais, diferentes daqueles tradicionais, e cujos produtos destinam-se aos mercados nacional e regional.

Na realidade, e apesar dos esforços da SUDENE, o comando destas duas metrópoles, além de exclusivamente regional, restringe-se, no que concerne ao setor secundário, a apenas algumas atividades industriais, uma vez que uma grande parte destas é ainda dirigida por São Paulo e Rio de Janeiro.

De acordo com os resultados da Análise Fatorial, Salvador apresenta o maior Tamanho Funcional, enquanto Recife apresenta Status Sócio-econômico ligeiramente superior ao de Salvador. Ao lado disto, enquanto a atuação de Recife é nitidamente macrorregional, atuando em áreas de superposição de atuação de Fortaleza e de Salvador, a atuação desta última metrópole é especialmente regional.

O 2º grupo reuniu Fortaleza e as capitais estaduais, excetuada Teresina. Este grupo apresenta Tamanho Funcional e Status Sócio-econômico bem acima da média, porém, bem distanciados das duas cidades do 1º grupo. Apresenta também altos "scores" nos Fatores Migração e Força de Trabalho. As funções político-administrativas e de prestação de serviços, nestes centros, são as mais características; todavia, são também centros que já apresentam tendência de desenvolvimento da atividade industrial, estimulada pelos incentivos fiscais da SUDENE.

Fortaleza, 3ª metrópole nordestina, é o mais importante centro deste grupo, atuando em extenso hinterland que engloba os Estados do Ceará, Maranhão e Piauí. Trata-se de um centro de comercialização da produção primária, para exportação, e de importação de produtos manufaturados, que redistribui por toda a área de sua atuação direta, sobressaindo, ainda, como centro de prestação de serviços e, ultimamente, com desenvolvimento do setor industrial.

As demais cidades do grupo atuam dentro dos respectivos Estados, não só como centros coletores da produção regional, mas, principalmente, na prestação de serviços à população e à economia estadual.

Algumas delas estão em áreas de grande dinamismo, como Maceió e João Pessoa, outras em áreas menos dinâmicas, como Natal. É interessante

observar que neste grupo os "scores" de Natal nos Fatores I, II e IV são sempre inferiores aos das demais cidades, exceção feita a Aracaju, que tem "scores" mais baixos nos 3 fatores citados.

O 3º grupo, constituído por 11 cidades, todas centros regionais, constitui uma réplica,e em menor escala, das cidades do grupo anterior, incluindo Teresina – capital estadual. Trata-se de centros de Tamanho Funcional bem acima da média e com "scores" em Status Sócio-econômico altos, dentro do padrão nordestino, e com estrutura ligada ao setor terciário, sendo centros de prestação de serviços, para extensa área de influência, e centros de beneficiamento e comercialização da produção agrícola regional, ao que Teresina acrescenta sua função polìtico-administrativa.

Apenas Olinda não possui atuação regional, dada sua proximidade de Recife, de que constitui área de expansão urbana, funcionando como centro dormitório daquela metrópole.

Feira de Santana e Campina Grande são os de maior Tamanho Funcional tendo, no entanto, seus "scores" em Status Sócio-econômico ligeiramente ultrapassados pelos de Olinda e Montes Claros. Campina Grande é a maior praça comercial do interior do Nordeste oriental, atuando, inclusive, fora de sua área de influência direta e interferindo na área de Crato e Juazeiro do Norte, no Ceará.

Feira de Santana, embora com área de influência mais restrita, é igualmente o maior e mais importante centro comercial do Nordeste meridional. Consulta à matriz de dados parece indicar que os "scores" mais baixos destas duas cidades, em Status Sócio-econômico derivam, no caso de Feira de Santana, da variável percentual da população urbana em domicílio particular com rede de água, que apenas atinge a 20% (enquanto nas demais cidades do grupo está acima de 40%), e no caso de Campina Grande, das variáveis relativas à renda (de 200 a 400, e mais de 400 cruzeiros), que apenas alcançam respectivamente 3,50% e 2,40%, ao passo que nos demais centros estão acima de 4,00% e 3,50%, respectivamente.

Do ponto de vista espacial, os centros deste grupo apresentam-se localizados, em sua maioria, na fachada atlântica, com 2 nucleamentos sensíveis: a Mata e Agreste de Pernambuco e Paraíba,e, na Bahia, a zona cacaueira e limiar do sertão baiano, balizado por Feira de Santana, ao Norte, e Vitória da Conquista, ao Sul. Apenas Teresina e Montes Claros são interiorizados.

Neste grupo os centros "core" ou típicos são: Teresina, Campina Grande, Caruaru, Ilhéus, Itabuna, Garanhuns, Jequié, Vitória da Conquista e Montes Claros, os quais não alteraram sua posição, desde a classificação do Cluster até a classificação final otimizada.

O 4º grupo é constituído por 48 centros, na maioria sub-regionais e locais, aos quais se juntam 4 centros regionais sub-equipados e 5 cidades sedes de municípios sem centralidade. Trata-se de centros de Tamanho Funcional em torno da média, porém com Status Sócio-econômico acima de zero. São, além disso centros que apresentam expressiva força de trabalho, na qual pesa, de maneira marcante, a mão-de-obra feminina.

Neste grupo, os centros típicos são: Floriano, Crato, Sobral, Juazeiro (BA), Parnaíba, Patos, Palmeira dos Índios, Alagoinhas, Jacobina, Caxias, Penedo, Ipiaú, Serrinha, Pirapora, Vitória de Santo Antão, São Miguel dos Campos, Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus e Santo Amaro. Quanto à distribuição espacial dos centros deste grupo, 80% deles acham-se localizados próximos à fachada atlântica, concentrando-se, principalmente, nas zonas da Mata e Agreste do Nordeste oriental e no Recôncavo baiano, com projeções para o sul em direção à zona cacaueira.

O 5º grupo reuniu 17 cidades, uma de nível regional, 7 de nível sub-regional, 1 centro local, 5 centros satélites e 2 cidades sedes de município sem centralidade.

Trata-se de centros de Tamanho Funcional variando entre médio e pequeno, e com Status Sócio-econômico menor que os do grupo anteriormente analisado, porém, ainda acima da média zero. São centros de expressiva atração de migrantes e que, por outro lado, acusam pequena Força de Trabalho.

Os municípios típicos deste grupo são: Petrolina, Arcoverde, Itapetinga, Paulo Afonso, Jaboatão, Camaçari, Candeias e Parnamirim, os quais mantiveram o mesmo posicionamento, desde a classificação inicial até a classificação final otimizada. Do ponto de vista espacial, os centros de maior Tamanho Funcional deste grupo, exceção feita àqueles pertencentes às áreas metropolitanas de Recife e Salvador, estão bem interiorizados, como é o caso de Petrolina, Arcoverde e Paulo Afonso. Uma maior concentração destes centros pode ser observada em torno de Salvador.

O 6º grupo reúne 69 centros, geralmente de nível sub-regional e local, com alguns pequenos centros sedes de municípios, sem função central, além de 10 centros satélites.

Logo de saída é curioso notar o posicionamento de Mossoró (centro de nível regional) neste grupamento, confirmando a posição que tivera na classificação inicial (Cluster Analysis). Embora com Tamanho Funcional maior que os demais centros deste grupo, seu "score" em Status Sócio-econômico foi muito baixo. Pesquisas feitas sobre esta cidade mostraram que, a partir do final da década de 1969, transformações tecnológicas introduzidas na atividade salineira, aí existente, liberaram grande contingente de mão-de-obra, que se deslocou da zona rural do município para a cidade, provocando este baixo "score" em Status, pois a infra-estrutura existente em Mossoró não foi suficiente para o atendimento deste acréscimo de população, o mesmo acontecendo com o mercado de trabalho local, o que deu como conseqüência a marginalização de expressivo contingente populacional, que permaneceu subempregado e/ou desempregado, e, sub-atendido e/ ou não atendido.

Com isto, os "scores" de Mossoró nos fatores I, II, III e IV da Análise Fatorial (exceção feita aos "scores" de Sobral e Crato no fator III-Migração) foram bem inferiores àqueles dos outros centros de nível regional, aos quais poderia parecer que Mossoró deveria se agrupar.

MATRIZ DE FACTOR SCORES (Centros de nível regional)

Centros	Tamanho Funcional I	Status Sócio-econômico II	Migração III	Força de Trabalho IV
Montes Claros	7.13	14.94	2.80	5.05
Vitória da Conquista	5.98	7.63	1.27	3.51
Garanhuns	5.33	10.90	1.11	4.40
Jequié	4.75	8.38	0.44	3.33
Sobral	3.91	4.41	-2.30	8.59
Crato	3.37	6.38	-1.67	3.56
Juazeiro (BA)	2.61	8.60	0.41	0.99
Juazeiro do Norte	2.39	0.73	1.32	3.82
Petrolina	1.73	5.55	4.58	-0.05
Floriano	1.18	4.23	1.72	5.29
Mossoró	1.10	0.33	0.41	-1.76

Esta defasagem de Mossoró para os referidos centros de nível regional fica igualmente salientada nos "scores" discriminantes da 10ª iteração e referentes à 1ª LDF:

Montes Claros	0.4761
Vitória da Conquista	0.3118
Garanhuns	0.3578
Jequié	0.2926
Sobral	0.2442
Crato	0.2267
Juazeiro (BA)	0.2237
Petrolina	0.1323
Floriano	0.1384
Mossoró	0.0216

Neste 6º grupo, a grande maioria dos centros apresenta Tamanho Funcional pequeno, baixo Status Sócio-econômico, pequena força de atração migratória e pequeno percentual de Força de Trabalho. Nas 4 dimensões citadas, os "scores" são quase sempre negativos, embora próximos da média zero. Os centros típicos deste grupo são:

– Mossoró, Codó, Picos, Iguatu, Cajazeiras, Arapiraca, Itaberaba, Balsas, Campo Maior, Russas, Currais Novos, Pau dos Ferros, Catolé do Rocha, Sousa, Santana do Ipanema, Senhor do Bonfim, Baturité, Crateús, Maranguape, Senador Pompeu, Açu, Itabaiana (PB), Serra Talhada, Valença, Xique-Xique, Coroatá, Pinheiro, Quixadá, Quixeramobim, Ceará-Mirim, Alagoa Grande, Pombal, Afogados da Ingazeira, Carpina, Catende, Goiana, Gravatá, Nazaré da Mata, Pesqueira, Surubim, União dos Palmares, Ruy Barbosa, Salinas,

Moreno, Caucaia, Rosário, Icó, Cabedelo, Belo Jardim, Lajedo, Rio Largo, Belmonte, Buerarema, Itambé, São Sebastião do Passé, Colinas, Correntes, Areia, Esplanada, Grão Mogol, os quais mantiveram a posição da classificação inicial até a classificação geral otimizada.

Do ponto de vista espacial, os centros deste grupo apresentam maior concentração no Nordeste oriental, principalmente nas zonas do Litoral, Mata e Agreste de Pernambuco, Alagoas e Paraíba, e, com localização interiorizada, nos sertões do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Os grupos 7, 8, 9 e 10 reúnem centros de muito pequeno Tamanho Funcional e de muito baixo Status Sócio-econômico, apresentando, no que concerne a estas duas dimensões, grande semelhança.

A análise dos "scores" dos centros de cada um destes grupos, nas duas outras dimensões, permitiu, no entanto, diferençá-las. O 7º grupo se caracteriza por reunir centros que acusam acentuada imigração. Nele, os centros típicos são: Imperatriz, Brumado, Pindaré-Mirim, São Lourenço da Mata, Simões Filho, Santa Inês, Guadalupe, Bayeux, Ouricuri, Camacan, Ubatã, Dom Pedro, Boquira, Várzea da Palma e Irecê.

O 8º grupo reúne 21 centros, sendo 1 de nível sub-regional (Estância, SE), 5 sedes de municípios sem centralidade, e os demais, centros locais. Este grupo se diferencia dos outros 3 pelos altos "scores" dos centros na dimensão Força de Trabalho.

Os centros típicos deste grupo são: São Bento, Aracati, Uruçuí e Santana do Acaraú.

O 9º grupo reúne 37 centros, predominantemente sedes de municípios sem centralidade, aos quais se agregaram 2 centros satélites (Itamaracá e Igarassu), 2 centros sub-regionais (Pedreiras e Nova Cruz) e 11 centros locais.

Nele, o Fator Migração, embora significativo, é, no entanto, menos intenso do que nos centros do grupo anterior.

Os centros típicos deste grupo são:

– Nova Cruz, Macau, Chapadinha, Piripiri, João Câmara, Esperança, Rio Tinto, Igarassu, Itamaracá, Barra do Corda, São José de Ribamar, Altos, Esperantina, Nova Russas, Orós, Pentecoste, Macaíba, Condado, Neópolis, São Cristóvão, Itamaraju, Itanhém, São Raimundo das Mangabeiras, Água Branca, Pacajus, Cuité, Matriz de Camaragibe, Santa Maria da Vitória e Monte Azul.

O 10º grupo reúne 29 centros, com grande predominância de sedes de municípios sem centralidade, a que se reuniram os centros satélites de Vera Cruz (da área de Salvador) e Aquiraz e Pacatuba (da área de Fortaleza), além de 11 centros locais. No conjunto das 255 cidades analisadas, este grupo reuniu os centros que apresentam os menores "scores" nas 4 dimensões, classificando-se, portanto, como os menores e menos desenvolvidos centros do conjunto considerado. Os centros típicos deste grupo são: Pereiro e Touros.

4. CONCLUSÕES

Esta análise do sistema de cidades do Nordeste, a partir de um elenco de 255 centros tomados como amostra representativa dos centros da área de atuação da SUDENE, com base nas dimensões Tamanho Funcional, Status Sócio-econômico, Migração e Força de Trabalho, levou a uma classificação hierárquica dos centros em 10 grupos, nos quais, Tamanho Funcional e Status Sócio-econômico diminuem, sucessivamente, do primeiro ao último grupo. Nesta classificação ficou nítido que, no Nordeste, o crescimento está concentrado em poucas cidades (as 3 metrópoles e as capitais estaduais, além de alguns centros regionais), onde o **maior** índice em Tamanho Funcional é acompanhado pelo **maior** índice em Status Sócio-econômico.

Até agora, o que se constata, em regra geral, é que há uma tendência para permanência desta situação, pois, o processo de crescimento cumulativo tem proporcionado uma concentração cada vez maior de recursos e funções nas cidades acima citadas.

Assim, o padrão atual, embora já tenha atingido um ponto de inflexão ao longo do processo de desenvolvimento urbano regional, ainda tem que consolidar e garantir a continuidade desta tendência mais recente naqueles centros e, ao mesmo tempo, aumentar a transmissão de impulsos de crescimento e desenvolvimento urbano, hierarquia abaixo.

Os centros urbanos de maior magnitude do sistema nordestino possuem um conjunto de atributos estruturais multivariado, que gera maior diversificação de funções, sendo eles que determinam as articulações regionais em intensidade e qualificação. Entretanto, as distâncias que separam os núcleos urbanos, no ambiente nordestino e principalmente na metade oeste do mesmo, somadas a um padrão de transportes ainda não suficiente para vencer todas as dificuldades e deficiências de ligações dos centros maiores com os de hierarquia mais baixa, têm sido um freio na difusão de inovações e na transmissão do processo de modernização do topo à base do sistema. Daí a necessidade de serem criadas condições de expansão do crescimento e de desenvolvimento urbano regional, de um lado, a partir da zona rural, com efeito sobre os centros de mais baixa hierarquia (cujo número é muito elevado no conjunto de cidades nordestinas), e de outro, em cidades dos grupos 3, 4, 5, e 6 da classificação final, de que são exemplos Caruaru, Arcoverde, Garanhuns e Petrolina, em Pernambuco; Patos, Guarabira, na Paraíba; Mossoró e Caicó, no Rio Grande do Norte; Sobral, Crato e Juazeiro do Norte, no Ceará; Parnaíba e Picos, no Piauí; Caxias e Bacabal, no Maranhão; Palmeira dos Índios, em Alagoas; Itabaiana e Lagarto, em Sergipe; Juazeiro, Jequié, Vitória da Conquista e Alagoinhas, na Bahia e Montes Claros, em Minas Gerais. Estas cidades, pertencentes a grupos diferentes, têm como denominador comum o fator de serem, dentro de cada unidade política do Nordeste, abaixo das capitais estaduais, aqueles centros que já demonstram aptidões em estabelecer articulações regionais e que agiriam como "pontos de crescimento" para suas respectivas áreas de influência, e "pontos de apoio" para transmissão de inovações provenientes do processo

de modernização, geradas no topo do sistema. Sua localização, tanto na fachada atlântica como no interior, lhes garante posição adequada para se constituírem focos capazes de exercer o duplo papel de dinamizar a economia das respectivas áreas de influência e de contribuir para atenuar o processo de concentração de atividades e de população nos centros urbanos maiores do litoral, desde que a implantação e/ou melhoria da infra-estrutura social destes centros seja acompanhada de uma modificação na tendência, até agora existente da implantação de atividades (principalmente as indústrias), severamente seletiva em sua localização espacial.

É óbvio que cada um destes centros apresenta um conjunto de problemas próprio, identificável não só face às necessidades de sua população, como de sua estrutura econômica, exigindo medidas e seleções específicas, mas que contemplem, ao mesmo tempo, a melhoria do grau e forma de interdependência e complementaridade dos diferentes centros, no contexto do sistema nordestino.

Com tudo isto, poderá ser promovida uma urbanização mais abrangente, em termos espaciais, com evolução para um sistema de cidades melhor hierarquizado e integrado, que corrigirá, sucessivamente, os desequilíbrios existentes e promoverá maior harmonia nos quadros espaciais de vida das populações do Nordeste.

A N E X O S

5 – ANEXOS

5.1. NORDESTE
RELAÇÃO DOS CENTROS URBANOS E RESPECTIVOS NÍVEIS HIERÁRQUICOS

	Nível **		Nível*
1 – Recife (PE)	1	41 – Barreiras (BA)	3a
2 – Salvador (BA)	"	42 – Itaberaba (BA)	"
3 – Fortaleza (CE)	"	43 – Jacobina (BA)	"
4 – São Luís (MA)	2a	44 – Balsas (MA)	3b
5 – Teresina (PI)	"	45 – Caxias (MA)	"
6 – Natal (RN)	"	46 – Pedreiras (MA)	"
7 – Campina Grande (PB)	"	47 – Campo Maior (PI)	"
8 – João Pessoa (PB)	"	48 – Brejo Santo (CE)	"
9 – Caruaru (PE)	"	49 – Russas (CE)	"
10 – Maceió (AL)	"	50 – Currais Novos (RN)	"
11 – Aracaju (SE)	"	51 – Nova Cruz (RN)	"
12 – Feira de Santana (BA)	"	52 – Pau dos Ferros (RN)	"
13 – Ilhéus (BA)	"	53 – Catolé do Rocha (PB)	"
14 –Itabuna (BA)	"	54 – Sousa (PB)	"
15 – Floriano (PI)	2b	55 – Palmares (PE)	"
16 – Crato (CE)	"	56 – Salgueiro (PE)	"
17 – Juazeiro do Norte (CE)	"	57 – Penedo (AL)	"
18 – Sobral (CE)	"	58 – Santana do Ipanema (AL)	"
19 – Mossoró (RN)	"	59 – Estância (SE)	"
20 – Garanhuns (PE)	"	60 – Itabaiana (SE)	"
21 – Petrolina (PE)	"	61 – Ipiaú (BA)	"
22 – Jequié (BA)	"	62 – Itapetinga (BA)	"
23 – Juazeiro (BA)	"	63 – Paulo Afonso (BA)	"
24 – Vitória da Conquista (BA)	"	64 – Senhor do Bonfim (BA)	"
25 – Montes Claros (MG)	"	65 – Serrinha (BA)	"
26 – Bacabal (MA)	3a	66 – Januária (MG)	"
27 – Codó (MA)	"	67 – Pirapora (MG)	"
28 – Imperatriz (MA)	"	68 – Carolina (MA)	4a
29 – Parnaíba (PI)	"	69 – Oeiras (PI)	"
30 – Picos (PI)	"	70 – Baturité (CE)	"
31 – Iguatu (CE)	"	71 – Crateús (CE)	"
32 – Caicó (RN)	"	72 – Ipu (CE)	"
33 – Cajazeiras (PB)	"	73 – Maranguape (CE) (A.M.)	"
34 – Guarabira (PB)	"	74 – Senador Pompeu (CE)	"
35 – Patos (PB)	"	75 – Açu (RN)	"
36 – Arcoverde (PE)	"	76 – Macau (RN)	"
37 – Arapiraca (AL)	"	77 – Santa Cruz (RN)	"
38 – Palmeira dos Índios (AL)	"	78 – Itabaiana (PB)	"
39 – Propriá (SE)	"	79 – Limoeiro (PE)	"
40 – Alagoinhas (BA)	"	80 – Serra Talhada (PE)	"
81 – Timbaúba (PE)	4a	121 – Nazaré da Mata (PE)	4b
82 – Barra (BA)	"	122 – Pesqueira (PE)	"
83 – Bom Jesus da Lapa (BA)	"	123 – Ribeirão (PE)	"
84 – Brumado (BA)	"	124 –Sertânia (PE)	"
85 – Guanambi (BA)	"	125 – Surubim (PE)	"
86 – Valença (BA)	"	126 – Vitória de Santo Antão (PE)	"
87 – Xique-Xique (BA)	"	127 – Delmiro Gouveia (AL)	"
88 – Bocaiúva (MG)	"	128 – São Miguel dos Campos (AL)	"
89 – Chapadinha (MA)	4b	129 – União dos Palmares (AL)	"
90 – Coroatá (MA)	"	130 – Viçosa (AL)	"
91 – Pindaré-Mirim (MA)	"	131 – Lagarto (SE)	"
92 – Pinheiro (MA)	"	132 – Amargosa (BA)	"
93 – São Bento (MA)	"	133 – Cachoeira (BA)	"

	Nível**
94 – Piripiri (PI)	4b
95 – Aracati (CE)	"
96 – Camocim (CE)	"
97 – Canindé (CE)	"
98 – Itapipoca (CE)	"
99 –Quixadá (CE)	"
100 – Quixeramobim (CE)	"
101 – Tauá (CE)	"
102 – Ceará-Mirim (RN)	"
103 – João Câmara (RN)	"
104 – Alagoa Grande (PB)	"
105 – Esperança (PB)	"
106 – Mamanguape (PB)	"
107 – Monteiro (PB)	"
108 – Pombal (PB)	"
109 – Rio Tinto (PB)	"
110 – Sapé (PB)	"
111 – Afogados da Ingazeira (PE)	"
112 – Araripina (PE)	"
113 – Barreiros (PE)	"
114 – Bezerros (PE)	"
115 – Bom Conselho (PE)	"
116 – Bonito (PE)	"
117 – Carpina (PE)	"
118 – Catende (PE)	"
119 – Goiana (PE)	"
120 – Gravatá (PE)	"
161 – Pacatuba (CE)	A.M.
162 – Barra do Corda (MA)	MDS
163 – Cururupu (MA)	"
164 – Rosário (MA)	"
165 – Santa Inês (MA)	"
166 – São José do Ribamar (MA)	"
167 – Timon (MA)	"
168 – Vitorino Freire (MA)	"
169 – Altos (PI)	"
170 – Esperantina (PI)	"
171 – Guadalupe (PI)	"
172 – Barbalha (CE)	"
173 – Cedro (CE)	"
174 – Icó (CE)	"
175 – Itapagé (CE)	"
176 – Nova Russas (CE)	"
177 – Orós (CE)	"
178 – Pentecoste (CE)	"
179 – Areia Branca (RN)	"
180 – Macaíba (RN)	"
181 – Parnamirim (RN)	"
182 – Bayeux (PB)	"
183 – Cabedelo (PB)	"
184 – Mari (PB)	"
185 – Santa Rita (PB)	"
186 – Belo Jardim (PE)	"
187 – Condado (PE)	"
188 – Escada (PE)	"
189 – Lajedo (PE)	"
190 – Ouricuri (PE)	"
191 – Paudalho (PE)	"

	Nível**
134 – Castro Alves (BA)	4b
135 – Coaraci (BA)	"
136 – Cruz das Almas (BA)	"
137 – Ibicaraí (BA)	"
138 – Irecê (BA)	"
139 – Jaguaquara (BA)	"
140 – Nazaré (BA)	"
141 – Ruy Barbosa (BA)	"
142 – Santo Antônio de Jesus (BA)	"
143 – Salinas (MG)	"
144 – Cabo (PE)	A.M.
145 – Igarassu (PE)	"
146 – Itamaracá (PE)	"
147 – Jaboatão (PE)	"
148 – Moreno (PE)	"
149 – Olinda (PE)	"
150 – Paulista (PE)	"
151 – São Lourenço da Mata (PE)	"
152 – Camaçari (BA)	"
153 – Candeias (BA)	"
154 – Itaparica (BA)	"
155 – Lauro de Freitas (BA)	"
156 – São Francisco do Conde (BA)	"
157 – Simões Filho (BA)	"
158 – Vera Cruz (BA)	"
159 – Aquiraz (CE)	"
160 – Caucaia (CE)	"
201 – Catu (BA)	MDS
202 – Conceição do Jacuípe (BA)	"
203 – Itajuípe (BA)	"
204 – Itamaraju (BA)	"
205 – Itambé (BA)	"
206 – Itanhém (BA)	"
207 – Itororó (BA)	"
208 –Maragogipe (BA)	"
209 – Mata de São João (BA)	"
210 – Medeiros Neto (BA)	"
211 – Muritiba (BA)	"
212 – Poções (BA)	"
213 – Santo Amaro (BA)	"
214 – São Sebastião do Passé (BA)	"
215 – Ubatã (BA)	"
216 –Janaúba (MG)	"
217 – Carutapera (MA)	MDS*
218 – Barreirinhas (MA)	"
219 – Brejo (MA)	4b*
220 – Dom Pedro (MA)	"
221 – Colinas (MA)	"
222 – São Rdo. das Mangabeiras (MA)	MDS*
223 – São João dos Patos (MA)	4a*
224 – Água Branca (PI)	4b*
225 – Valença do Piauí (PI)	"
226 – Uruçuí (PI)	"
227 – Bom Jesus (PI)	"
228 – São Rdo. Nonato (PI)	"
229 – Correntes (PI)	"
230 – Santana do Acaraú (CE)	MDS*
231 – Pacajus (CE)	"

	Nível**
192 – Stª Cruz do Capibaribe (PE)	MDS
193 – Pilar (AL)	"
194 - Rio Largo (AL)	"
195 – Neópolis (SE)	"
196 – São Cristóvão (SE)	"
197 – Belmonte (BA)	"
198 – Buerarema (BA)	"
199 – Camacan (BA)	"
200 – Canavieiras (BA)	"
241 – Areia (PB)	4b*
242 – Teixeira (PB)	MDS*
243 – Matriz de Camaragibe (AL)	"
244 – Porto da Folha (SE)	"
245 – Nossa Sra. das Dores (SE)	4b*
246 – Maruim (SE)	"
247 – Tobias Barreto (SE)	MDS*
248 – Sta. Maria da Vitória (BA)	4b*
249 – Boquira (BA)	"
250 – Euclides da Cunha (BA)	"
251 – Esplanada (BA)	"
252 – Prado (BA)	MDS*
253 – Monte Azul (MG)	"
254 – Grão Mogol (MG)	"
255 – Várzea da Palma (MG)	"

	Nível**
232 – Tianguá (CE)	MDS
233 – Jaguaribe (CE)	4b*
234 – Pereiro (CE)	MDS*
235 – Várzea Alegre (CE)	"
236 – Campos Sales (CE)	4a*
237 – Touros (RN)	MDS*
238 – Angicos (RN)	4a*
239 – Picuí (PB)	4b*
240 – Cuité (PB)	"

* – Centros com menos de 7.000 habitantes.

** – Hierarquia definida pelo estudo "Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas", ref. 9 da Bibliografia.

MDS – Cidades sedes de municípios sem centralidade.

A. M. – Centros Metropolitanos.

5.2. NORDESTE
VARIÁVEIS UTILIZADAS NA ANÁLISE FATORIAL NOS CENTROS URBANOS
(1970)

1 – População urbana
2 – PEA total
3 – Nº de automóveis
4 – Nº de centros de áreas de influência
5 – Receita Corrente do Município (Cr$ 1.000,00)
6 – Total das despesas do Município (Cr$ 1.000,00)
7 – $\frac{\text{PEA urbana na indústria}}{\text{PEA urbana}} \times 100$
8 – $\frac{\text{PEA urbana nos serv. prod. e consumo}}{\text{PEA urbana}} \times 100$

9 – $\frac{\text{Pop. urbana em domic. part. c/automóvel}}{\text{População urbana}} \times 100$

10 – $\frac{\text{Pop. urbana em domic. partic. c/geladeira}}{\text{População urbana}} \times 100$

11 – $\frac{\text{População urbana em domic. part. c/televisão}}{\text{População urbana}} \times 100$

12 – $\frac{\text{Pop. urbana em domic. part. c/ rede geral de água}}{\text{População urbana}} \times 100$

13 – $\frac{\text{PEA urbana c/renda menor que 200}}{\text{População urbana}} \times 100$

14 – $\frac{\text{PEA urbana c/renda de 200 a 400}}{\text{População urbana}} \times 100$

15 – $\frac{\text{PEA urbana c/renda de 400 e mais}}{\text{População urbana}} \times 100$

16 – $\frac{\text{População urbana de 0 a 14 anos}}{\text{População urbana}} \times 100$

17 – $\frac{\text{População urbana de mais de 49 anos}}{\text{População urbana}} \times 100$

18 – $\frac{\text{Filhos tidos no ano ant. das mulh. de 15 a 49 anos (urb)}}{\text{Mulheres de 15 a 49 anos (urb)}} \times 100$

19 – $\frac{\text{Migrantes rural} \rightarrow \text{urbana}}{\text{População urbana}} \times 100$

20 – $\frac{\text{Migrantes urbana} \rightarrow \text{urbana}}{\text{População urbana}} \times 100$

21 – $\frac{\text{Migrantes c/0 a 5 anos de permanência (total)}}{\text{População total}} \times 100$

22 – $\frac{\text{Pop. urb. de 10 a 14 anos c/primário completo}}{\text{População urbana}} \times 100$

23 – $\frac{\text{Pop. urb. de 15 a 19 anos c/secundário completo}}{\text{População urbana}} \times 100$

24 – $\frac{\text{PEA urbana}}{\text{Pop. urbana}} \times 100$

25 – $\frac{\text{PEA feminina urbana}}{\text{PEA urbana}} \times 100$

26 – $\frac{\text{PEA urbana não agrícola c/menos de 15 horas/sem.}}{\text{PEA urbana}} \times 100$

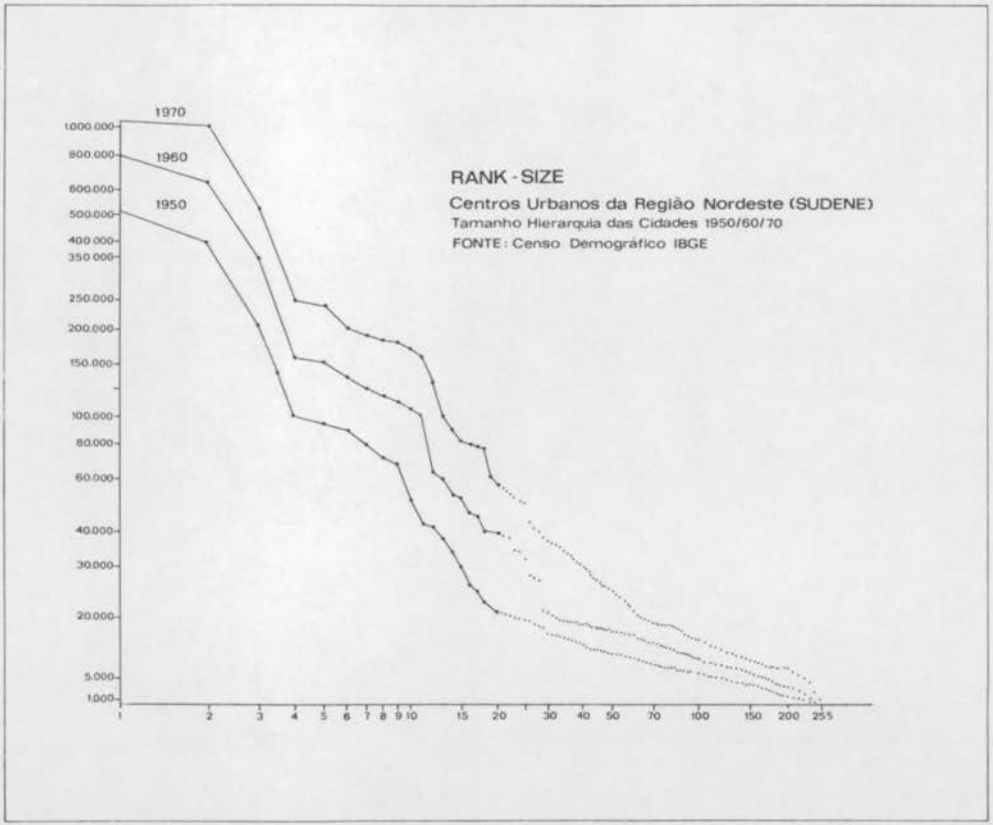
27 – $\frac{\text{PEA urbana não agrícola com 40 e mais horas/sem.}}{\text{PEA urbana}} \times 100$

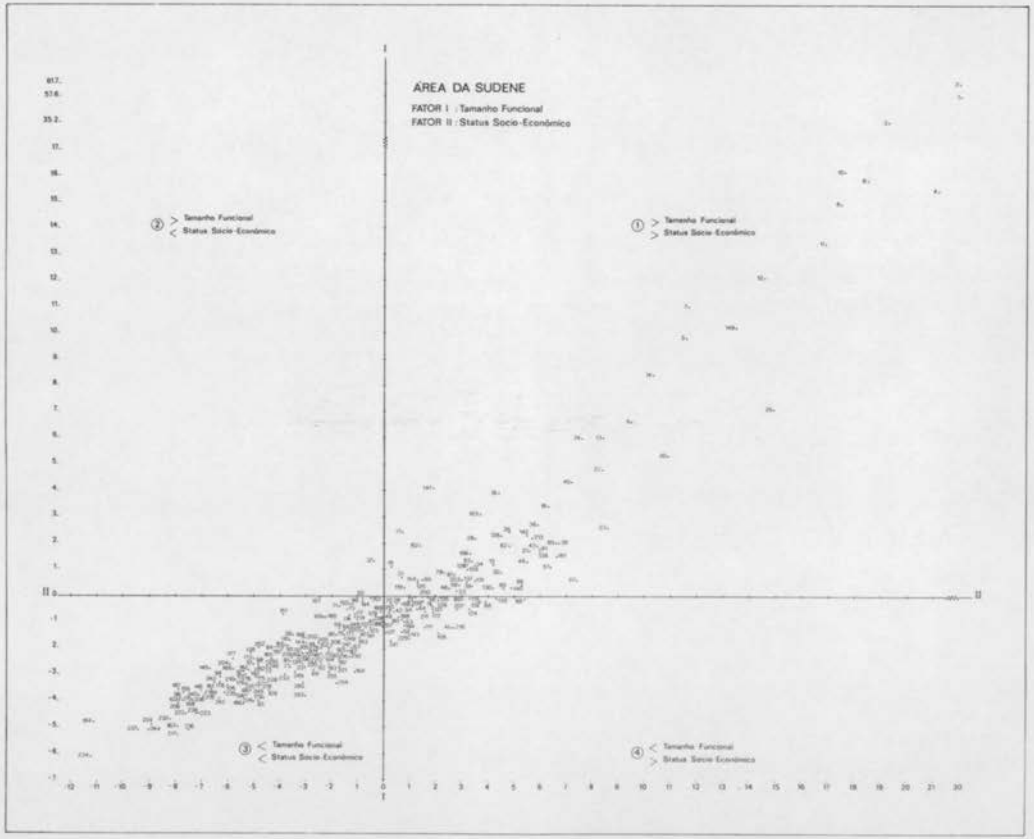
28 – $\frac{\text{Receita corrente}}{\text{Despesa total}} \times 100$

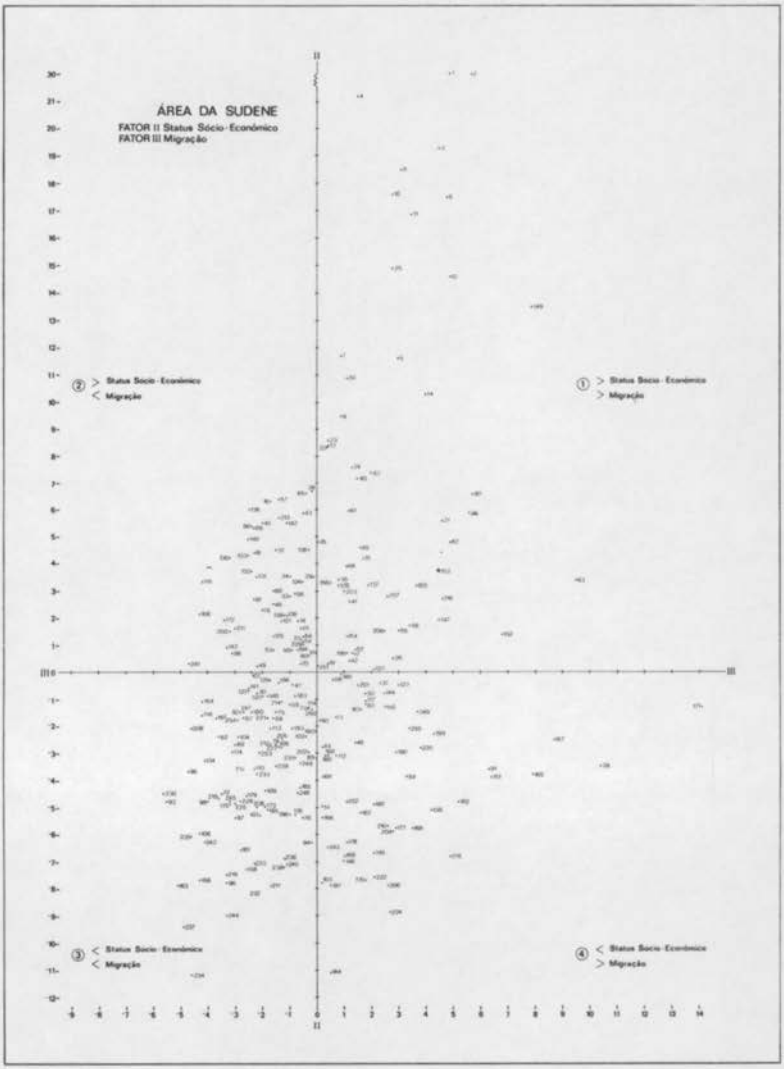
29 – Distância para Recife

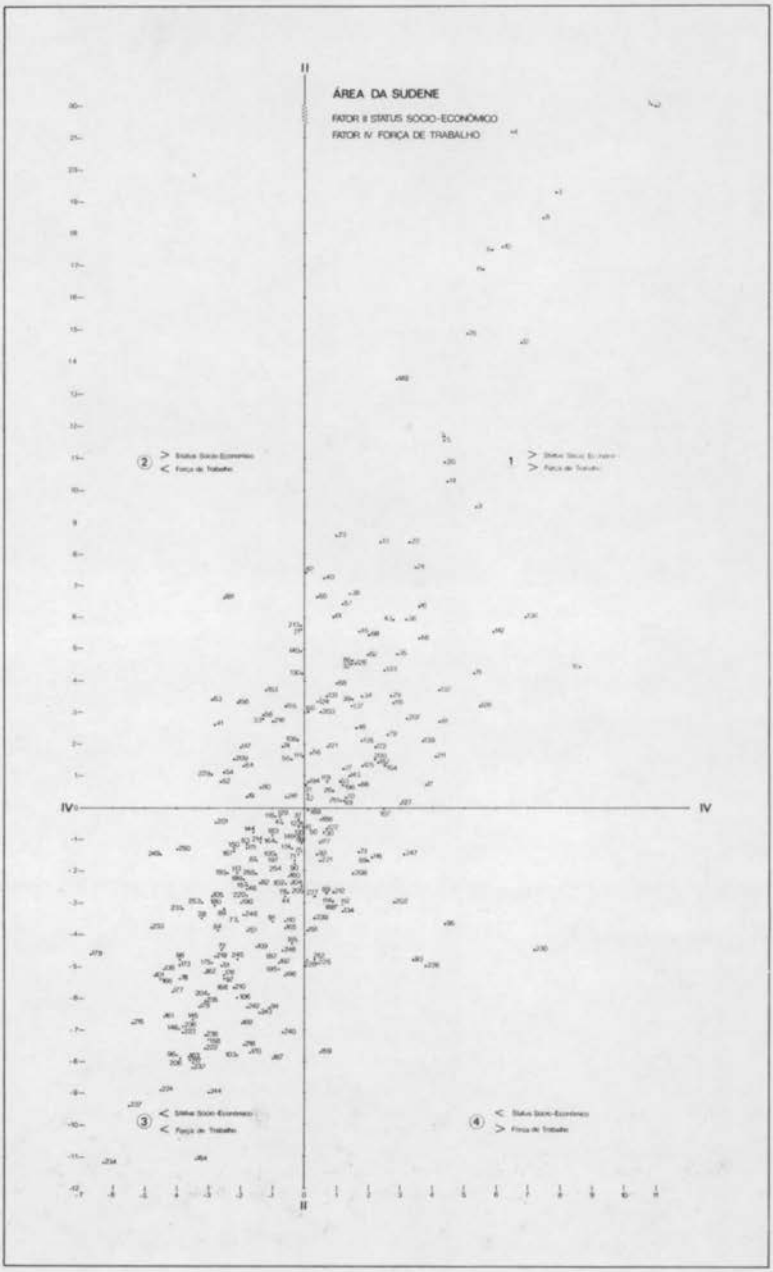
30 – Número de Centros num raio de 200 km

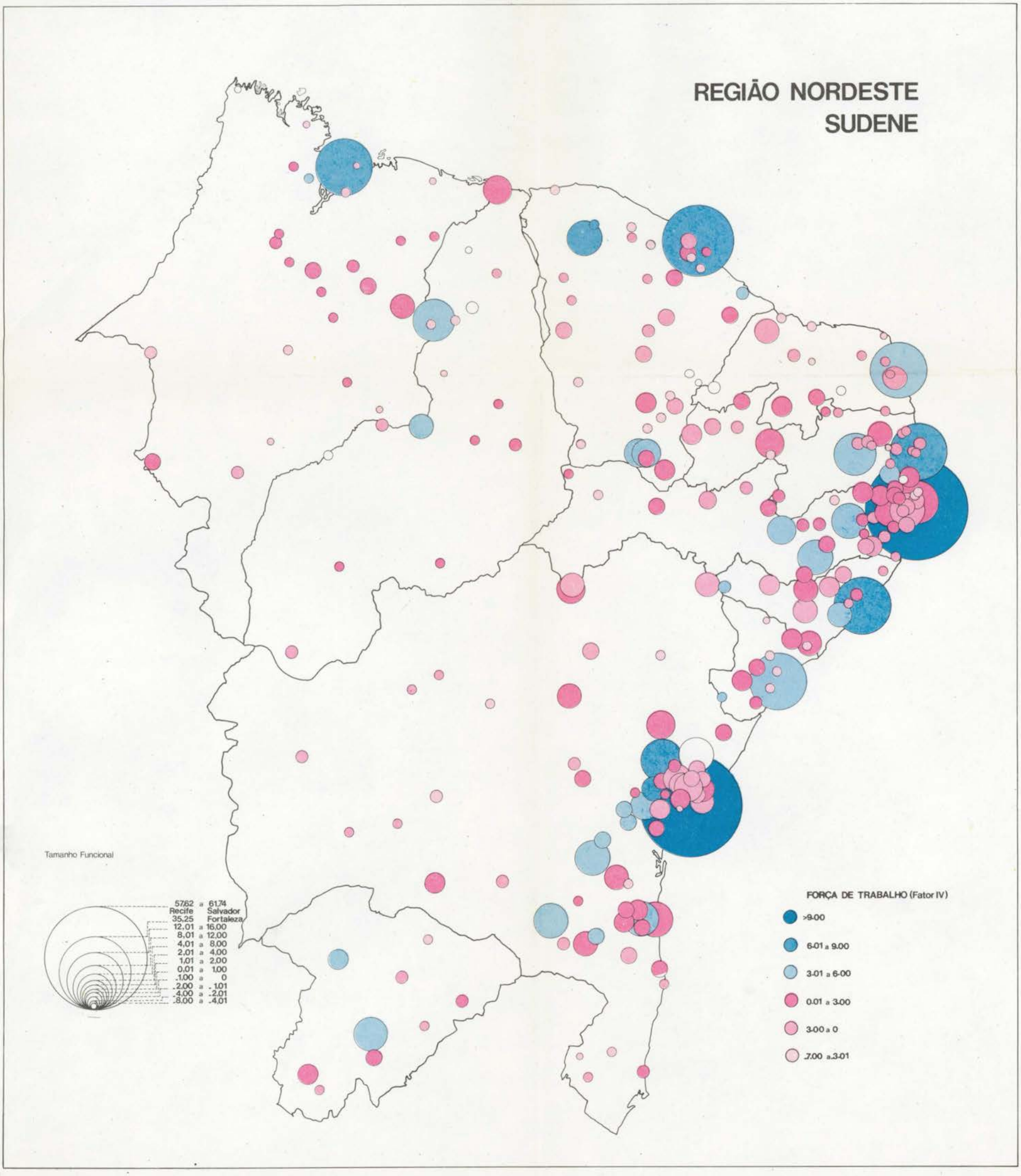
FONTES: 1) – Serviço de Cálculo do Departamento de Geografia – SUEGE – IBGE – Variáveis 3, 28, 29 e 30.
2) – IBAM – Variáveis 5 e 6.
3) – IBGE – Censo Demográfico – Variáveis 1, 2, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26 e 27.


RANK - SIZE
Centros Urbanos da Região Nordeste (SUDENE)
Tamanho Hierarquia das Cidades 1950/60/70
FONTE: Censo Demográfico IBGE
1970
1960
1950
1.000.000
800.000
600.000
500.000
400.000
350.000
250.000
200.000
150.000
100.000
80.000
60.000
40.000
30.000
20.000
5.000
1.000
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
15
20
30
40
50
70
100
150
200
255

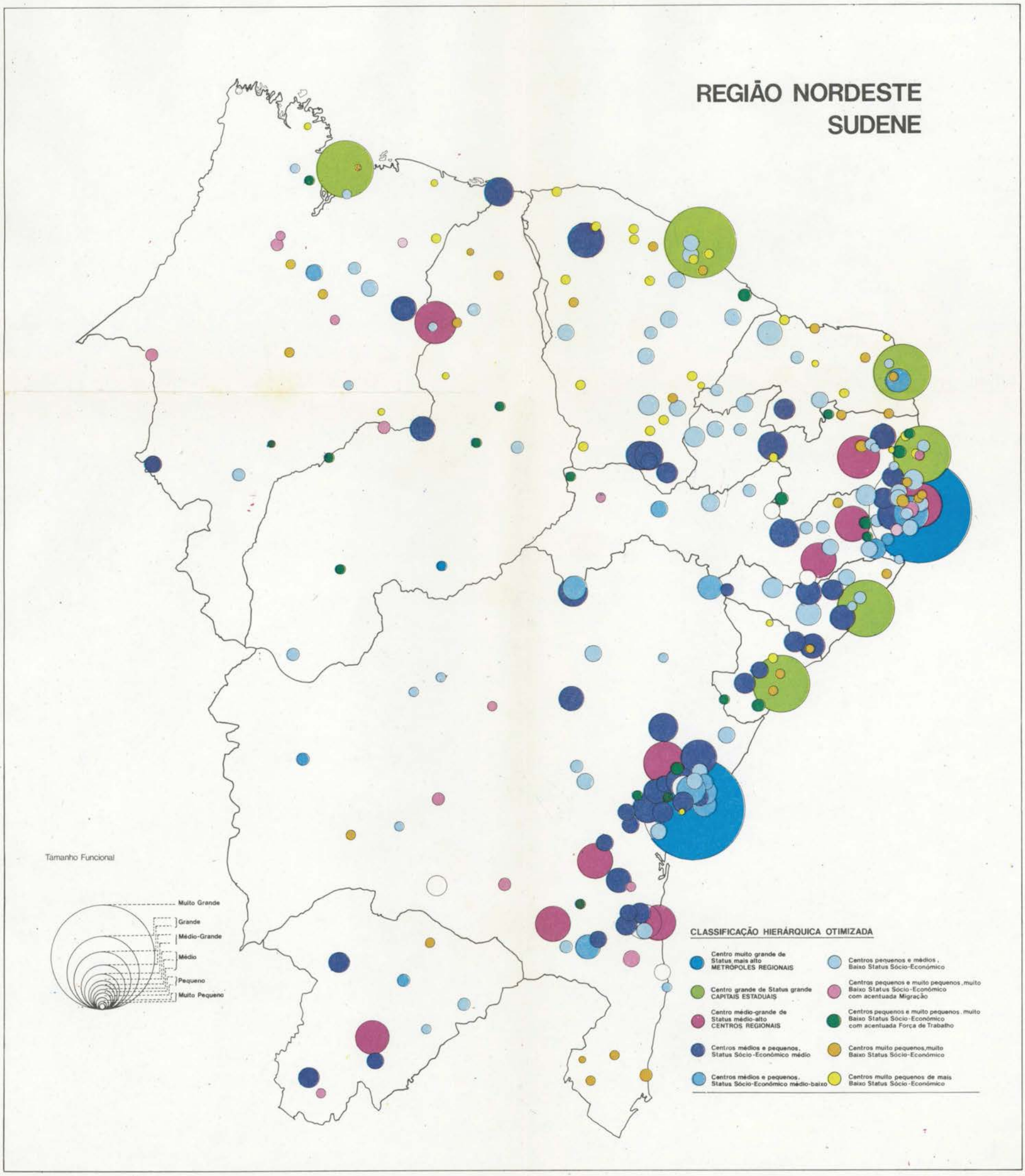

ÁREA DA SUDENE
FATOR I : Tamanho Funcional
FATOR II : Status Socio-Econômico
① > Tamanho Funcional
> Status Socio-Econômico
② > Tamanho Funcional
< Status Sócio-Econômico
③ < Tamanho Funcional
< Status Socio-Econômico
④ < Tamanho Funcional
> Status Socio-Econômico


ÁREA DA SUDENE
FATOR II Status Sócio-Econômico
FATOR III Migração
② > Status Sócio-Econômico
< Migração
① > Status Sócio-Econômico
> Migração
③ < Status Sócio-Econômico
< Migração
④ < Status Sócio-Econômico
> Migração

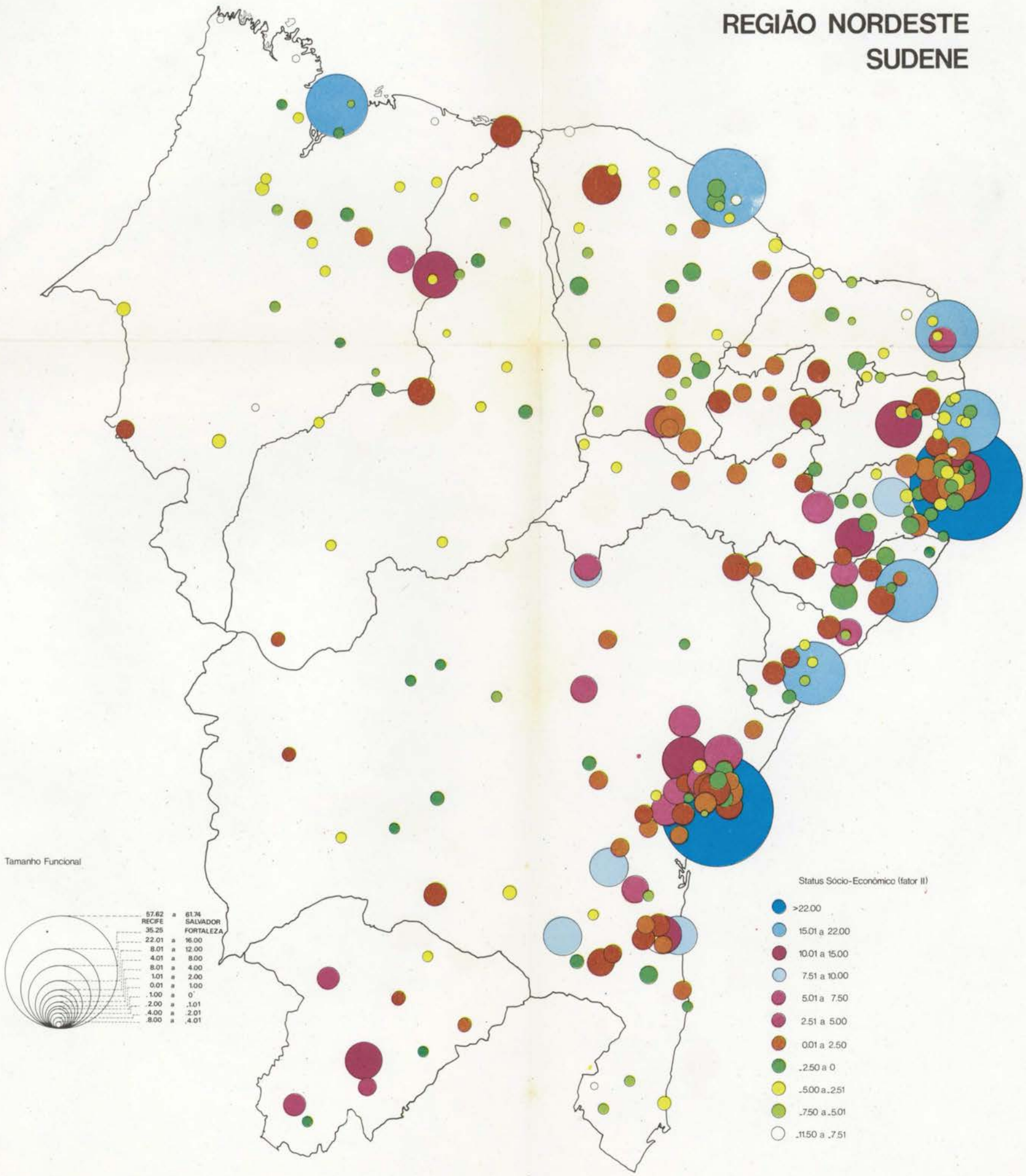

ÁREA DA SUDENE
FATOR II STATUS SOCIO-ECONÔMICO
FATOR IV FORÇA DE TRABALHO
II
IV
IV
II
1
2
3
4

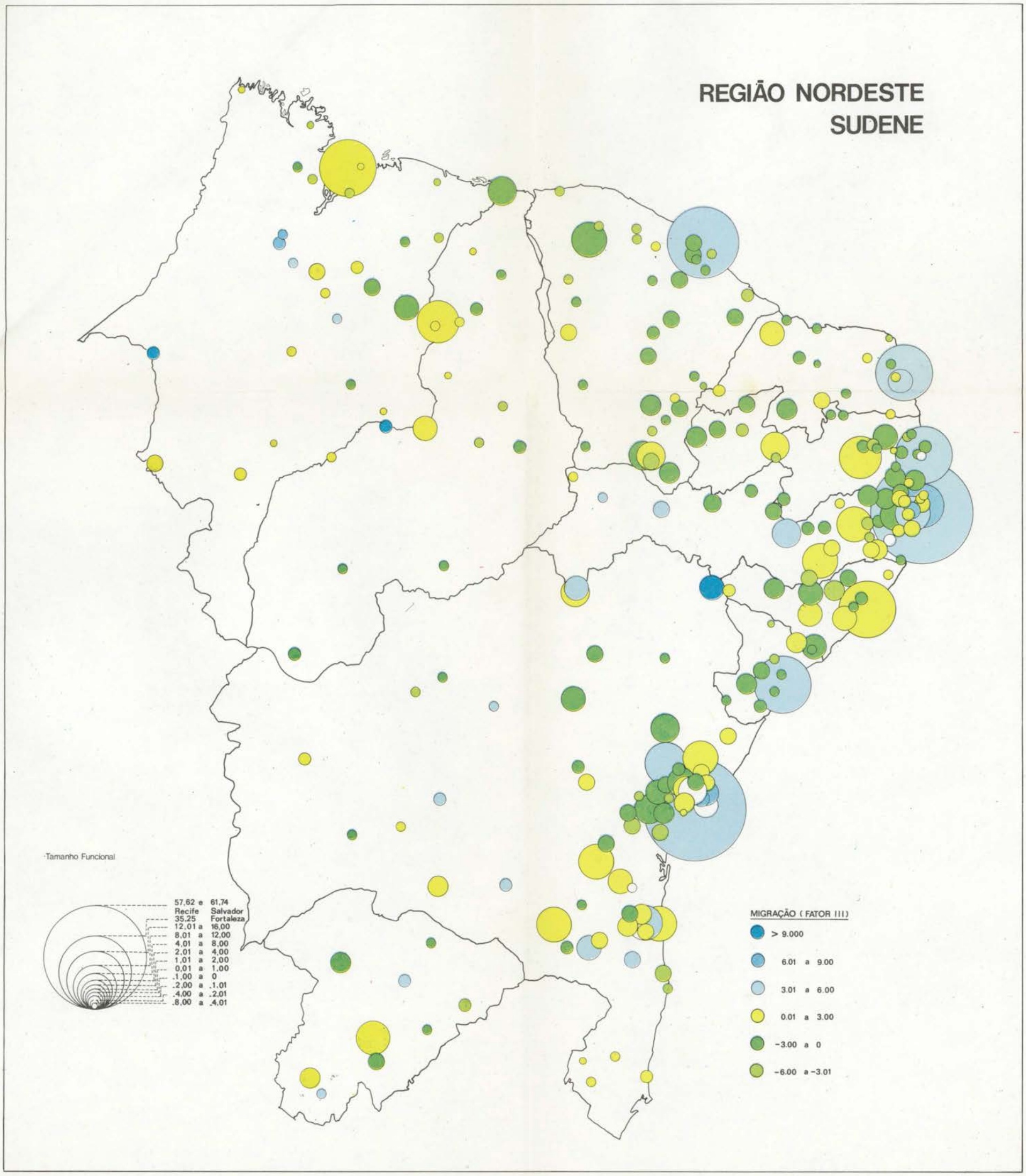

REGIÃO NORDESTE
SUDENE
Tamanho Funcional
57,62 a 61,74
Recife Salvador
35,25 Fortaleza
12,01 a 16,00
8,01 a 12,00
4,01 a 8,00
2,01 a 4,00
1,01 a 2,00
0,01 a 1,00
-1,00 a 0
-2,00 a -1,01
-4,00 a -2,01
-8,00 a -4,01
FORÇA DE TRABALHO (Fator IV)
>9-00
6-01 a 9-00
3-01 a 6-00
0-01 a 3-00
3-00 a 0
-7-00 a -3-01

REGIÃO NORDESTE
SUDENE



REGIÃO NORDESTE
SUDENE




REGIÃO NORDESTE
SUDENE
Tamanho Funcional
57,62 e 61,74
Recife Salvador
35.25 Fortaleza
12,01 a 16,00
8,01 a 12,00
4,01 a 8,00
2,01 a 4,00
1,01 a 2,00
0,01 a 1,00
-1,00 a 0
-2,00 a -1.01
-4,00 a -2.01
-8,00 a -4.01
MIGRAÇÃO (FATOR III)
> 9.000
6.01 a 9.00
3.01 a 6.00
0.01 a 3.00
-3.00 a 0
-6.00 a -3.01

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
1952/1977
25 ANOS